



Anais da Assembléia

N.º 127

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1984.
 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Esçorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos, Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no que contém o Atestado Médico em anexo, vem à presença de Vossa Excelência solicitar a concessão de dez (10) dias de licença para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Serviço Médico

ATESTADO

Atesto para os devidos fins, que o Deputado

Nilso Sguarezi necessita afastar-se de suas atividades parlamentares, por um prazo não inferior a 10 (dez) dias, a partir de 27 de novembro de 1984, para tratamento de saúde.

Curitiba, 26 de novembro de 1984.

REQUERIMENTO

— Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para votação dos Projetos de Lei n.ºs 269/84 e 309/84, que alteram os orçamentos vigentes da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná—IAPAR, pela transposição de Cr\$ 872.574.000 da fonte de receitas 81 e Cr\$ 1.195.821.000 para dar continuidade aos programas de trabalho da Entidade, oriundos das Mensagens Governamentais n.ºs 209/84 e 227/84, respectivamente.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme faculta o Regimento Interno, ouvido o Plenário da Casa, DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI n.ºs 302/84, 311/84, 314/84, 315/84, e 316/84.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar, pelo passamento ocorrido domingo, no município de Jacarezinho — Paraná, do Senhor AGOSTINHO PASCHOAL SETTI.

O extinto era membro de tradicional família, pois foi um dos fundadores da cidade de Jacarezinho, e deixa esposa Dona ANITA SETTI e os seguintes filhos: ADHEMAR SETTI, ANTONIO AUGUSTO SETTI e ALTAIR SETTI ARRUDA.

Outrossim, requer ainda, após aprovação da presente, dê-se ciência à família enlutada, Senhora ANITA SETTI, na cidade de Jacarezinho — Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de voto de pesar, nos trabalhos de hoje, pelo falecimento da Senhora MAFALDA SCOLARI, ocorrido esta semana na cidade de Arapongas, membro de respeitada família de imigrantes italianos, pioneiros da cidade, que muito contribuíram para o desenvolvimento do Município, e que merece ser reverenciada neste

momento.

Requer outrossim, que da decisão da Mesa, seja enviado ofício à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Instituto Agrônômico do Paraná, ocorrido dia 24 do corrente, bem como seja dado ciência deste aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) TUGUIO SETOGUTTE e ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Raul Juliatto morreu de desgosto. As acusações infundadas que contra ele foram assacadas acabaram por matá-lo. Grandes serviços prestou ao Paraná e à agricultura brasileira. No início da década de 70 desembarcava em Londrina com um exemplar do Diário Oficial contendo a nomeação pelo então Governador Parigot de Souza, incumbindo-o de construir e fazer funcionar o Instituto Agrônômico do Paraná. Desde 1972 funciona aquela instituição de pesquisa no campo, agropecuário, responsável por profundas transformações na agricultura estadual.

Ao longo de dez anos, Raul Juliatto deu sua vida em favor daquele instituto. A insensibilidade política, a crueza dos interesses mesquinhos, a estreiteza dos que não têm a dimensão necessária para a vida pública, tudo isso levaram Juliatto à morte. injustamente acusado, acusações sem qualquer fundamento, tanto que a Comissão do Estado encarregado de proceder as averiguações conclui pelo arquivamento do processo pela absoluta insubsistência de provas, pela absoluta inexistência de irregularidade durante sua gestão à frente do LAPAR.

O Paraná perde um grande batalhador, uma vítima de incompreensão dos homens. Esta Assembléia tem o dever de resgatar a dívida para com esse grande homem, que tanto deu de si para ajudar a construir uma nova etapa na vida paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Raul Juliatto, ocorrido em 24 de mês corrente, nesta Capital.

Membro de tradicional família curitibana, o Sr. Raul Juliatto era casado com a Sra. Sarah Antonia Sperandio Juliatto, funcionário do LAPAR, onde desempenhou vários cargos de destaque.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Raposo Tavares n.º 172, Bairro Pilarzinho — Curitiba Pr.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso do 23.º aniversário do Município de Ampére, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal daquela cidade e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Situado no Sudoeste do Estado, o Município de Ampére, que completa amanhã 23 anos, vem se desenvolvendo muito com o trabalho conjunto do Executivo, Legislativo e a comunidade em geral. Nada mais justo, pois, do que homenagear o povo desse município no dia em que comemora mais um ano de existência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da sessão realizada nesta tarde, votos de congratulações à SONIBRAM— Sociedade Nipo Brasileira de Campo Mourão, pela eleição de sua nova diretoria, para o exercício de 1.985, com conseqüentemente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente eleito, Jintaro Ikeda.

E, Assembléia Geral realizada, na qual participaram grande número de associados, foi eleita, por aclamação unânime, a nova Diretoria que irá gerir os destinos da SONIBRAM.

Sem dúvida alguma, aquele acontecimento primeiramente muito bem retrata a união dos nipos brasileiros em torno de seus propósitos que não são somente o de se ajudar mutuamente, mas de contribuir decisivamente para o engrandecimento ainda maior desta Nação Brasileira, da qual escolheram como Pátria.

Em Campo Mourão, a SONIBRAM, entidade que há muito tempo foi fundada, caracteriza sobremaneira a concentração desta raça, que também neste progressista município se faz presente, de forma marcante no seu processo desenvolvimentista desde sua emancipação.

Não poderia deixar de solicitar o devido e justo registro nos Anais desta Casa de Leis do trabalho e amor dos nipos brasileiros para com Campo Mourão e para com o Brasil, assim como em especial pela sua diretoria eleita, assim constituída:

Presidente: JINTARO IKEDA

1.º Vice-Presidente: MINORU UEDA

2.º Vice-Presidente: TAKAMI TSUOZIMA

Secretário—Português: TOSHIHARU HIROKI

2.º Secretário—Português: ADEMAR K. ISSI

Secretário—Japonês: TSUNEYOSHI KOBAYASHI

2.º Secretário—Japonês: MITORI KOBAYASHI

Tesoureiro: JORGE ISSAO KOBAYASHI

2.º Tesoureiro: JOSÉ HAITO DOI

1.º Orador: MASSAYA KONNO

2.º Orador: TAKAHIRO NAKATANI

Departamento Cultural:

MASSAYOSHI HINO
OSVALDO NAKAMURA
TSUTOMO SAGA
MATSUO KAWABATA
Departamento Social:
HATSUE SHIMOHIGASHI
REINALDO MORI
HATUO UEDA
FERNANDO SUZUKI

Departamento Esportivo:
HIIEO NAGAI
SEIKI UMEKI
MAKAMOTO OGATA
NOBUYOSHI AKINAGA
Departamento de Patrimônio, Obras e Manutenção:
CARLOS MATSURA
SHIMOHIGASHI
TAKAMITSU OZIMA
YOSHIKAE SAKURADA
Departamento de Escola Japonesa:
EDSON KOBAYASHI
NAOHITE NAKAZATO
MÁRIO YAMADA
Departamento de Promoções e Festividades:
MINORU UEDA
PAULO YAMADA
MAURÍCIO TABUCHI
Departamento de Relações Públicas e Divulgação:
LUIZ AKIRA KOBAYASHI
Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.
(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Regozijo pelo transcurso, amanhã, dia 28 de novembro, do aniversário do Município de Dois Vizinhos, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal daquela cidade e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

criado pela Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960, e instalado em 28 de novembro de 1961, o Município de Dois Vizinhos comemora amanhã 23 anos, com galhardia, vez que se constitui em um dos progressistas municípios do Sudoeste paranaense.

Na qualidade de representante da região, unimo-nos às festividades de comemoração, para congratular-mo-nos com o Prefeito, Câmara Municipal e toda a comunidade, na certeza de que, com o trabalho de todos, o desenvolvimento do município será cada vez maior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Poder Judiciário do Estado do Paraná, Doutor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, a título de sugestão, a criação da comarca do Município de Centenário do Sul.

Trata-se de uma antiga reivindicação da comunidade,

vez que a prioridade é aguardada com ansiedade pelos municípios, por se tratar de Justiça.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná Oswaldo Xavier de Souza, sugerindo a revogação da Resolução CRC - Pr. 204/84 que instituiu o Cadastro de Atividades Profissionais CAP., vez que se encontra eivada de ilegalidade.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que os Conselhos Regionais de Contabilidade, diante das atribuições que lhe são cometidas, detêm a competência para fiscalizar o exercício da profissão, e promover a vigilância das atividades dos contabilistas, bem como impedir a invasão dos leigos na prática do ofício:

Considerando o pronunciamento do Sindicato dos Contabilistas de Londrina, na pessoa do seu presidente Paulo Olider Chiararia, evocando a Lei Federal 6.994 (de 26 de maio de 1.982), que proíbe os órgãos fiscalizadores do exercício profissional cobrar quaisquer taxas ou emolumentos, além daqueles previstos no seu artigo 2º;

Considerando as punições aos escritórios de contabilidade que não procederam as cobranças de suas empresas-clientes, até o dia 20 de novembro de 1.984, sejam multados em Cr\$ 140.000 por cliente não cadastrado;

Considerando o parecer exarado pelo eminente advogado Dr. Kakunen Kyosen, contestando a legalidade de dispositivos da Resolução nº 204/84 do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, apreciado e acatado unanimemente pelo ENERCON (Encontro Nacional de Entidades Representativas de Contabilistas), realizado em Porto Alegre, no dia 13 de novembro de 1984.

Considerando que um grupo de contabilistas deu entrada na Justiça em medida cautelar, com efeito suspensivo, contra o Conselho Regional de Contabilidade, arguindo a ilegalidade da resolução:

Diante do exposto, e, por pertencer à laboriosa classe de contabilistas do Estado do Paraná, sinto no dever de, respeitosamente, solicitar do Sr. Presidente do Conselho, a revisão do posicionamento para que não haja gravame às empresas-clientes e aos profissionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEFAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a construção de muro cercando a Escola João Maffei Rosa - Ensino de 1º e 2º Grau, localizada na Municipalidade de Juranda.

A construção de um muro cercando aquele estabelecimento de ensino em Juranda, Escola João Maffei Rosa, trata-se primeiramente de uma antiga reivindicação dos seus professores, estudantes e pais destes. Pois com a construção daquela citada obra será possível oferecer a seus frequentadores maior segurança quando do seu desenvolvimento de suas atividades relacionadas àquele educandário.

Ademais, tal pedido se faz necessário tendo em vista a ausência de recursos próprios por parte da Escola João Maffei Rosa, o que faz com que seja indispensável a liberação de recursos oriundos do orçamento dessa Secretaria de Estado da Educação para a concretização da pretendida obra.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a liberação de tubos necessários à implantação da rede de esgoto na Municipalidade de Juranda.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista reivindicação feita em conjunto pela Administração Municipal, através do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, Prefeito Municipal; pela Câmara Municipal de Vereadores, através do Excelentíssimo Senhor João Calixto Neto, Presidente; e do Excelentíssimo Senhor Jair Grigato, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; no sentido da implantação, o mais urgente possível, da rede de esgoto.

Para tanto, torna-se indispensável a colaboração dessa Secretaria de Estado do Interior, liberando tubos apropriados para aquela finalidade.

Em face da importância da implantação da rede de esgoto naquela cidade, é de se esperar a colaboração dessa Pasta, permitindo deste modo a concretização de uma antiga aspiração do conjunto da população de Juranda, manifestada por suas lideranças políticas e autoridades.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia, solicitando medidas cabíveis no sentido de instalar um plantão permanente de assistência, no Município de Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaí, tem sua presença marcante no cenário estadual pelo progresso e desenvolvimento desencadeados nesses anos.

Tal solicitação faz-se necessário, uma vez que o número exigido, de acordo com os critérios da própria Companhia, já está completo, e o plantão

que atende a região, está instalado no Município de Imbituva, e com a distância, torna-se difícil o atendimento.

Assim sendo, faço a presente reivindicação, certo de poder contar com a sensibilidade e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando medidas cabíveis no sentido de construir um Fórum para a Comarca de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se reveste de peculiar importância e de grande valia, pois, uma vez que Ipiranga é Comarca, necessário faz-se que tenha o seu Fórum, para maior centralização e rapidez nos processos da região.

Assim sendo, faço a presente reivindicação, certo de poder contar com a sensibilidade e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor EULER MONTEIRO CARNEIRO, MD. Gerente Geral da Caixa Econômica Federal - Filial Curitiba, no sentido de solicitar a instalação de uma Agência desse estabelecimento bancário na cidade de Bom Sucesso, em virtude de que naquele município não possui unidade da Caixa.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Em virtude de reiteradas solicitações da população do Município de Bom Sucesso, fazemos tal apelo à Diretoria Regional da Caixa Econômica Federal, a fim de atender a solicitação supramencionada, levando seus serviços mais próximos à comunidade.

Constituída basicamente de pequenos e médios proprietários, Bom Sucesso detém uma considerável parcela na economia agrícola do Estado, que polariza maiores centros como Maringá, Jandaia do Sul e Apucarana.

Indiscutivelmente, objetivando a melhoria de linhas de crédito e maiores facilidades para os proprietários rurais, é necessária a instalação de uma unidade da Caixa Econômica Federal no Município, evitando com isso o deslocamento desnecessário a cidades vizinhas para a utilização de mais esse meio de serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento

de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido da destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados no pagamento dos servidores da Municipalidade de Boa Esperança.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista o término do ano que se aproxima, e, com isto, avizinha-se o problema relacionado à questão do pagamento do décimo terceiro salário, onde já são por demais conhecidas as enormes dificuldades financeiras decorrentes da atual estrutura tributária em vigor, centralizadora e que só tem permitido comprometer até mesmo a autonomia das Administrações Municipais.

Neste sentido, o Município de Boa Esperança não foge a tal realidade, que é sem dúvida desastrosa, pois a Administração local tem enfrentado diversas dificuldades ante a falta de dinheiro em seus cofres municipais.

É de se esperar dessa Governadoria o rápido atendimento do que ora é reivindicado, assegurando, deste modo, que a Prefeitura Municipal de Boa Esperança possa, efetivamente, cumprir as obrigações trabalhistas para com a classe funcional existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Municipal do Distrito de Arapuã, pertencente à Municipalidade de Janiópolis.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal do Janiópolis, este afirma ser de fundamental importância a realização de reformas gerais no Estádio de Arapuã, tendo em vista seu precário estado em termos de instalações e gramado, especialmente.

Ademais, é indiscutível a importância daquela praça esportiva para aquele Distrito, pois nela são desenvolvidas todas as atividades esportivas possíveis, como futebol e atletismo.

É de capital importância que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, diante à exposição de motivos estude as reais possibilidades de se liberar recursos de ordem financeira que permitam, o mais breve possível, o início das pretendidas reformas.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem destinados para o pagamento dos servidores municipais da cidade de Araruna.

Tendo em vista a proximidade do término do ano, e de acordo com a legislação trabalhista vigente que prevê o pagamento do décimo terceiro salário, a Administração Municipal de Araruna, conforme relata o seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, se vê impossibilitado de efetuar normalmente o pagamento de suas obrigações para com a classe funcional, ante a sua difícil situação econômica.

Como essa Governadoria tem conhecimento, a Prefeitura daquela cidade tem procurado, na medida do possível, pôr fim aos atrasos em tais pagamentos, situação esta deixada pela gestão anterior, tendo conseguido alguns progressos neste setor.

Ademais, a grave situação financeira acaba por proporcionar as piores consequências exatamente nas municipalidades, onde se situam os grandiosos desafios quanto à solução dos problemas vivenciados por sua população.

Eis, pois, a exposição de motivos, que por certo merecerá do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessária atenção, dada a sua reconhecida e inquestionável importância.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da presente sessão, do abaixo assinado, caracterizado em forma de apoio, encaminhado pelos moradores das localidades de Cachoeira, Vila Leonice e adjacências.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do editorial do jornal "Indústria e Comércio", edição do dia 7 do corrente, intitulado "Uma Variação Exílio-Tortura", no qual é ressaltado a figura de Raul Juliatto, falecido no último dia 25.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 332/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Acrescente-se no Artigo 2.º da Lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982, o seguinte parágrafo único:

"§ único - Os membros da Assembléia Constituinte de 1947, que contarem com mais de 70 (setenta) anos de idade perceberão pensão mensal de valor idêntico ao previsto no "caput" deste artigo".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A medida visada na presente propositura está vinculada às justas homenagens aos constituintes de 1947, prestadas por feliz iniciativa do nobre Presidente do Legislativo Estadual, o Deputado Trajano Bastos, quando da comemoração dos 37 anos da Constituição Estadual, de 12 de julho de 1947.

Sobrevivem apenas 12, dos 37 ex-Parlamentares Constituintes daquele histórico e magno ato, já com avançada idade e a saúde naturalmente enfraquecida. No entanto, ainda lutam pelo aprimoramento do sublime ideal cristão e democrático, que souberam deixar nas leis e projetos, formadores da Carta Magna do Estado.

Hoje, se tornam dignos do benefício ora proposto, como mera compensação de tudo quanto deixaram de seus esforços e amor à causa pública, a exemplo do que já foi feito a outros, que também deixaram a sua contribuição para a grandeza de nosso Estado.

No texto da Constituição de 12 de julho de 1947 foram traçados rumos, com o alto objetivo do bem-estar da coletividade paranaense e, em particular, dos menos favorecidos. Seus maiores problemas constituíram-se em lições sobre a prática da Justiça Social. Mas, hoje, estão menosprezados. E isto compreendemos ao olharmos as favelas, as deficiências de transporte, desemprego, menores abandonados, êxodo rural, mendicância, assaltos e desestruturação familiar.

Por estas razões esperamos a aprovação deste projeto e a sanção governamental, para que os brilhantes legisladores constituintes do passado, com mais de 70 anos, tenham melhor condição de vida no presente e futuro.

PROJETO DE LEI Nº 333/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Declarada de Utilidade Pública a Entidade "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) PÉRICLES PACHECO

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registros de Títulos e Documentos SÍRIO de Castro Ribas, Comarca de Telêmaco Borba - Paraná e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós hoje ocupamos a tribuna para parabenizar o Governo José Richa, que mais uma vez está cumprindo suas promessas de palanque, em ir ao encontro aos segmentos da sociedade do Paraná, para discutir juntamente com a base, os problemas inerentes à produção no Estado do Paraná. E isto mais uma vez foi confirmado, quando sexta-feira, dia 23 de novembro, esteve na cidade de Toledo, o Vice-Governador do Estado, Secretário das Finanças, João Elísio Ferraz Campos, estando lá, discutindo com a Associação Paranaense de Suinocultores, os problemas inerentes à produção suinícola no Estado do Paraná, e isto nos orgulha bastante, porque, mais uma vez, o Governo José Richa, através do seu Secretariado, cumpre uma das grandes promessas feitas no palanque. E lá, deste encontro com os suinocultores a reivindicação que passaremos a ler agora, feita pelos suinocultores ao Secretário de Estado das Finanças do Paraná, João Elísio Ferraz de Campos. (Lê):

Considerando que a suinocultura no Paraná está presente em aproximadamente 200.000 (duzentos mil) propriedades rurais, dando diariamente sustentação a mais de 1,3 milhões de pessoas;

Que os suínos são produzidos por pequenos proprietários, na ordem, de 80% (oitenta por cento);

Que a atividade, assim caracterizada, enquadra-se perfeitamente nas prioridades do Governo Estadual de dar sustentação à pequena propriedade e evitar o êxodo rural;

Vimos a Vossa Senhoria apresentar nossa contribuição para que o sistema de arrecadação estadual não venha a onerar perigosamente a suinocultura, comprometendo sua viabilidade, mas sim sem prejuízo da receita estadual, estabeleça um critério justo para todos os setores.

Apresentamos abaixo as reivindicações de nossa laboriosa classe:

1) - Equiparação tributária entre a suinocultura e avicultura.

Retorno às taxas de 60% (sessenta por cento) do crédito presumido ou, no mínimo, a manutenção dos níveis atuais do crédito presumido.

2) - Que os insumos utilizados na suinocultura sejam isentados do ICM ou, no mínimo, à base de tributação seja mantido nos níveis atuais.

3) - A extinção da pauta do suíno no mercado interno e na Bolsa de Mercadorias do Paraná.

4) - Reembolso mínimo de 4% (quatro por cento) do valor do suíno, ao produtor, com a finalidade de se evitar a bitributação do ICM (anexo demonstrativo).

Sentindo que a vinda de Vossa Senhoria à região produtora traduz a sensibilidade aos nossos problemas, desejamos expressar nossa expectativa que na próxima reunião do CONFAZ o representante do Paraná lute por uma solução a mais consensual possível com as necessidades do suinocultor.

Respeitosamente

SYDNEI AUGUSTO TEIXEIRA

Presidente - APS"

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta reunião estava sendo discutida com o Secretário das Finanças desde o mês de agosto

e que se reuniu, em Toledo, a Associação dos Suinocultores, além do setor industrial, para que discutissem entre si e, apresentassem sugestões ao Governo do Estado, para que de comum acordo, se chegasse a uma conclusão sobre a tributação do suíno e do frango, para que não houvesse a tributação ao produtor rural, e com isso ganharia grandemente o Paraná e ganharia principalmente o produtor, e com isto nós temos a certeza, sendo o produtor suíno um pequeno proprietário, nós começaremos, pelo menos no Paraná, uma nova justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Em relação ao Orçamento de 1983, a receita prevista para 1985, cresce na ordem de mil e duzentos e quarenta por cento, o que corresponde a um percentual, muito acima da inflação verificada no período. Assim, para a composição da receita para 1985, em tais itens, preocupa-nos o que vem a ocorrer com a ação tributária fiscal do Governo, para o próximo ano, e com a vontade manifestada de contrair novos empréstimos, aumentando, com isso, a já amplificada dívida do Estado.

Sem dúvida é a proposta orçamentária que identifica o perfil e as intenções do Governo, e não necessariamente o plano de ação que imprime, divulga e dele não faz caso.

Vale, portanto, destacar na Receita e na Despesa, por índices de crescimento das diferentes contas e valores que compõem a proposta orçamentária em apreciação, em cotejo com o último orçamento do Governo anterior.

Receita

1) - Quanto à Receita Centralizada, em 1983 estimada em 326,3 bilhões de cruzeiros, em 1985 foi estimada em 4 trilhões e 317 bilhões de cruzeiros, verificado um aumento em dois anos de 1.240%.

2) - Receitas Correntes, 1.167%. Não foram as que tiveram maior incremento, pois crescem menos que a média. Porém, no item Receita Tributária há um crescimento previsto além da média, ou seja de 1.280%, o que por si só é um indicador do arrocho fiscal que se vislumbra para 1985.

3) - Quanto à Receita Capital, em 1983 estimada em 68,1 bilhões de cruzeiros, em 1985, foi para a ordem de 1,1 trilhões de cruzeiros, verificado um aumento em dois anos de 1.513%.

Porém, das despesas de Capital voltadas para investimentos, cresce somente 965%. Isto pode representar riscos quanto ao empobrecimento do Estado.

Entretanto, o mais grave é o endividamento do Estado, pois vejamos:

Em 1983 - operações de crédito - a estimativa foi da ordem de 45 bilhões de cruzeiros e em 1985 da ordem de 823 bilhões, verificado um aumento em dois anos de 1.730%.

Isto corresponde: em 1983 - operações de crédito - a 13,5% da Receita total e, em 1985 a 18,8% da Receita total.

Destaque-se que este item é o que nestes dois anos do Governo atual.

Despesa

1) - Pessoal: em 1983 verificada em 229 bilhões de cruzeiros e, em 1985, em 1 trilhão e 913 bilhões de cruzeiros, com um aumento em dois anos de 735%.

Neste item observamos que com a inflação em crescimento descontrolado, seria impossível fazer economia com Pessoal. O custo de vida aumentando vertiginosamente, não é possível poupar despesas com Pessoal. Porém é o item que apresenta o o menor índice.

2) - Despesas Gerais: em 1983 a estimativa foi de 424,5 bilhões de cruzeiros, enquanto que em 1985 foi de 4 trilhões e 317 bilhões. Aumento em dois anos de 930%.

3) - Obras e Investimentos: em 1983 estimada em 29,1% dos gastos totais, ficou a taxa de investimentos. A previsão para 1985 de 1 trilhão e 321 bilhões de cruzeiros, representará uma taxa de investimento na ordem de 27,9%.

Na referência acima estão excluídos os investimentos de regime de exceção especial, porém, mantidos os valores pertinentes à amortização da dívida.

Quanto à média do atual Governo nestes anos com relação à taxa de investimentos, alcança 25,2%, enquanto a média dos governos anteriores atingiu 31%.

4) - Dívida Externa: em 1985 - serviço da dívida - 495,4 bilhões de cruzeiros e empréstimos externos não vinculados 453,1 bilhões.

Diante do exposto, rolará portanto, cerca de 91,5% do que deveria pagar no exercício - (Maior crescimento real do ICM no País).

5) - Material de Consumo: estimado para 1983 em 1,2 bilhões de cruzeiros e em 1985 em 44,8 bilhões de cruzeiros. Portanto, o aumento é da ordem de 3.750%.

6) - Serviços de Terceiros: em 1983, a estimativa foi de 152 bilhões de cruzeiros e em 1985 a previsão é de 216,1 bilhões de cruzeiros. Verificado um aumento em dois anos de 1.320%.

7) - Propaganda: a previsão para 1983 foi da ordem de 600 milhões de cruzeiros, e para 1985 é da ordem de 11 bilhões, com um aumento, portanto de 1.735%, ou seja, o correspondente à duas vezes e meia o gasto com pessoal que é da ordem de 735% em 1985.

Em resumo, alguns aspectos que se evidenciam pela análise se comparativa da proposta orçamentária do Governo para o período em questão:

1) - Redução, ainda maior, da capacidade de investimentos do Estado; (empobrecimento).

2) - Tendência crescente do endividamento do Estado em índices limites e em proporção preocupantes;

3) - Comprime o percentual destinado à salário, enquanto possibilita o crescimento de outras despesas. Cumpre-nos, portanto, o registro.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para a Grande Expediente, Senhor Deputado Erondy Silvério.

A Mesa registra com satisfação, a presença neste Plenário, do Doutor Alcides Basuk, Vereador do Município de Nova Cantu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não desejo, de todo coração não desejo perpetuar neste tribuna, um debate: com o nobre Deputado José Antônio Fonseca; entretendo, como Sua Excelência negou-se a um aparte esclarecedor que nós havíamos solicitado por ocasião do seu pronunciamento, pronunciamento no qual nós fomos chamados à lide, por diversas vezes pelo nobre Deputado José Antônio Fonseca, é que eu volto a este assunto, para contestar algumas afirmações do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, relator da eufemisticamente chamada Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão instituída nesta Casa.

Zeloso que está: Sua Excelência para que novas elocubrações deste Deputado não voltem a ferir os milindres da sua cultura jurídico-política. Não obstante, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, como vai longe o tempo de "Roma locuta causa finita", atrevo-me a adiantar mais algumas afirmações, não tanto em defesa do Doutor Ivo Arzua Pereira, mas de um direito da pessoa humana e mais do que isso, em defesa da verdade.

Meu partido, o PDS, como este Deputado particularmente nunca se disse contrário a nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito, primeiro por convicções: e princípios e, segundo, porque nenhum dos Senhores Deputados do PDS temem alguma coisa.

Por isso eu apreciei muito as lições do nobre Deputado, relator da CPI, sobre o mais legítimo conceito da natureza política de uma CPI, os limites da sua atuação, a busca da responsabilidade indireta dos administradores, e a engenharia parlamentar do processo histórico, Sua Excelência num tom curial quis impor à Casa.

Isto tudo muito bonito, isto tudo muito correto, quando se refere em tese a uma legítima Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é evidente que não serve para conluios como estes que aqui na realidade se instalaram para vedetismo pessoal dos pichadores da moral alheia.

Por outro lado, a aprovação do relatório da CPI, Senhor Presidente, como sabemos, encerra os trabalhos da Comissão. Então eu pergunto: porque não foi o Doutor Ivo Arzua Pereira convidado antes para depôr na Comissão Parlamentar de Inquérito? Onde está a convocação para que viesse depôr na CPI, para que viesse provar que não era dissidioso, que não era omissor? Não era, de Prefeito da Capital para Ministro de Estado, um despreparado para gerir os nossos companheiros do PDS abandonando a CPI onde em minoria, incapazes portanto de impôr bom senso e isenção, negaram a cumplicidade de suas presenças a uma farsa, a uma encenação, a uma falácia que é como o povo do Paraná qualifica essa CPI da Corrupção.

A esse propósito, Senhor Presidente, Senhores Deputados e, desta vez, quanto a fundamentos e quanto a princípios, mais uma vez eu quero discordar do curial pronunciamento do jovem e elegante Deputado José Antônio Fonseca, relator da CPI, quando ele afirma "que a Bancada do PDS

se retirou da CPI abandonando os seus e declinando do direito de defesa". Vejam bem, "o PDS se retirou da CPI abandonando os seus e declinando do direito de defesa". Esqueceu-se o jovem e elegante Deputado José Antônio Fonseca, relator da CPI, da lição do mandato popular por ele mesmo invocada em seu pronunciamento. Ora, uma Comissão Parlamentar de Inquérito autêntica representa a própria Assembléia Legislativa e, conseqüentemente, representa o povo, representa toda a sociedade. Por isso são seus membros indicados proporcionalmente às respectivas bancadas.

É fácil concluirmos que, como em todas as atividades parlamentares, os Senhores Deputados membros de uma CPI também aí agem por delegação, no interesse da sociedade. Vejam bem, Senhores Deputados, no interesse da sociedade. Vejam bem, Senhor Deputado José Antônio Fonseca, deve estar me ouvindo pelo serviço de som da Casa, vejam bem, é aí que os membros de uma CPI agem por delegação e no interesse da sociedade. Vejam bem, Senhor Deputado José Antônio Fonseca, não havendo portanto, nem os meus para serem defendidos, nem os seus para serem acusados. Assistirá razão ao jovem e elegante Deputado José Antônio Fonseca, relator da CPI, se os membros do seu Partido - PMDB - ali estiverem para defender os seus e acusarem os outros.

Positivamente, esse não é o entendimento que se possa defender sem aviltar o mandato e desilustrar o Parlamento.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faz tremer o bom senso de qualquer mediana inteligência, o primarismo filosófico e existencial do jovem e elegante Deputado José Antônio Fonseca, quando se refere, ironicamente, a mim, como o Deputado mais velho e às minhas cãs.

O que que pretende Sua Excelência, Senhor Deputado José Antônio Fonseca? Que lhe seja entregue o troféu da verdade apenas porque ele é mais moço? É isso que ele quer? Deixará a verdade de na clássica definição, ser aquilo que é, para ser aquilo que pronuncia o mais jovem, para ser aquilo que sai da boca do mais jovem. Desde quando nobre Deputado José Antônio Fonseca, desde quando ser mais moço significa estar com a verdade? Desde quando?

A idade biológica, permita-me nobre Deputado Tuguio Setogutte, médico nomeado nesta Casa. A idade biológica nunca foi critério da verdade, é apenas a idade das células em si e isto nada conta. É isto, não é nobre Deputado Tuguio Setogutte? A idade biológica é apenas a idade das células e o que que conta isso? O que conta? Isto faz com que a verdade possa estar ausente tanto em um jovem Deputado como um octogenário candidato a Presidente da República. E os exemplos históricos do confronto entre jovens e idosos, são incontáveis.

Mas, refresco a memória do jovem e elegante Deputado José Antônio Fonseca: lembro a Sua Excelência que Adenauer, aos 90 anos reergueu a Alemanha das cinzas da Segunda Guerra Mundial, devolvendo-lhe a condição e o prestígio de grande potência.

Al Capone, aos 28 anos, aterrorizou a América com seus crimes hediondos que culminaram com a famosa noite de São Valentim, onde foram

trucidados a rajadas de metralhadoras mais de uma dúzia de desafetos.

Al Capone também era jovem, e por coincidência advogado.

Ademais, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o que mede o homem é a idade, das suas idéias, a força do seu espírito, daí a difundida assertiva de que há velhos moços, e há moços velhos. O que envelhece é o egoísmo, a maldade, a injustiça, como se cometeu nesta Casa contra um homem de bem, Ivo Arzua Pereira. Isto é o que envelhece.

Por que não permitir que o homem viesse aqui armado apenas da sua palavra em busca da verdade, fazer a sua defesa pessoal, dizer que ele não é aquilo que quiseram imputar-lhe num relatório precipitado de uma CPI falida. Por que não permitiram isso? Isso é o que envelhece. É o egoísmo, a maldade, é a ambição, é o despotismo, isso é o que envelhece.

Já disse não sei quem, não me lembro quem é apenas eu copiei mas não me lembro — “não envelhecemos por termos vivido um determinado número de anos; mas por termos traído o nosso ideal, e matando o vigor que nos brota das raízes interiores da alma”. Que beleza! Isso é o que deveria ler muito, muito e muitas vezes o nobre Deputado José Antônio Fonseca, antes de fazer o seu infeliz pronunciamento da semana passada.

Eu daria hoje a Sua Excelência quantos apertes ele o quisesse. Mas, ele está lá no gabinete, não quis descer, não quis terçar armas, não quis debater, e me negou o aparte na última vez.

Então eu vou terminar, Senhor Presidente, dizendo, afirmando, que eu não sei se sou mais velho, ou mais idoso como queiram as pessoas.

Sei que tenho a idade do meu espírito, capaz de se entusiasmar por uma causa justa; e a idade do meu sangue, capaz de lutar por ela.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Complementando as palavras do ilustre Deputado Erondy Silvério, nós diríamos ao Deputado Erondy que não apenas as injustiças envelhecem, mas porque não dizer, que elas chegam muitas vezes até a matar.

E morrem pessoas dignas, talvez pelas injustiças, que são cometidas contra elas, e sem ter muitas vezes no momento a arma para a defesa, que seria tão fácil para uns e tão difícil para tantos outros.

Assim, é que num lacônico registro nos jornais, tomamos conhecimento da morte de Raul Juliato, neste último sábado. O Paraná perde um dos seus grandes homens e quase ninguém se apercebeu disso.

Matou-o a incompreensão dos homens. Sucumbiu pelo desgosto da mesquinhez de alguns que nada respeitam na ânsia de vencer.

Raul Juliato: está morto. Ele, pessoa, não a sua obra, uma grande obra.

Lembro aquele início da década de 70. Chegava ele em Londrina com um exemplar do “Diário Oficial”, contendo o ato do então Governador Parigot de Souza, designando-o para construir o Instituto Agrônomo do Estado do Paraná.

La sozinho, com toda a sua determinação. Em 1972 inaugurava o IAPAR, esteio da profunda renovação da agricultura estadual. Ao longo de dez anos dirigiu o Instituto, fê-lo um dos mais respeitados centros de pesquisas e experimentação da área agrícola em todo o País.

Sob sua orientação o IAPAR contribuiu em muito para levar aos agricultores paranaenses novas técnicas de cultivo, novas variedades de sementes, novas práticas de manejo de solo e de culturas.

E tivemos oportunidade de, pessoalmente, por várias vezes, acompanhar esse trabalho, não apenas nas Capitais, mas sempre também se dirigindo para o Interior do Estado. Assim é que, ainda me lembro como se fora hoje, numa instalação do Governo Jayme Canet quando esteve na nossa cidade de Umuarama. Ali tivemos oportunidade de, por várias horas, tecer considerações e trocar idéias, e o seu trabalho, sempre reconhecido, até que surgiu essa oportunidade dessa mudança de governo.

Ninguém pode negar a validade do trabalho ali realizado nem a contribuição notável que deu para a modernização da atividade agrícola, introduzindo no Estado a aplicação da pesquisa e da ciência em favor do homem paranaense, especialmente dos que labutam no campo.

Mesmo diante dos relevantes serviços prestados, não escapou à senha do patrulhamento, dos patrulheiros, cujo único objetivo era destruir tudo o que até então havia sido feito, era negar tudo o que então havia sido feito.

Morreu de desgosto. A comissão nomeada pelo próprio Governo Estadual, após proceder a todas as investigações, concluiu pelo arquivamento do processo, pois nenhuma irregularidade existia, nenhum ato que não fosse lícito havia sido cometido durante os dez anos de sua gestão.

Mas não se conformaram os messiânicos da nova ordem, na sua gana de a tudo destruir, a tudo subverter. E eles conseguiram destruir Raul Juliato, destruir fisicamente, levando-o à morte, pelo desgosto, diante da mesquinhez. Mas, não moralmente, pois que a sua moral, como se provou, era inatacável.

É desta tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o apelo que faço é que se respeite a memória de um homem, de um grande homem, que não cometeu nenhum ato que se pudesse imputar como desonroso, que só construiu para o bem, que só deu lições, de virtude e de amor a esta terra.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Tuguio Setogutte, Vossa Excelência traz, na tarde de hoje, lamentavelmente, um registro a esta Casa do passamento do Senhor Raul Juliato, ex-Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná. E Vossa Excelência começa a sua fala destacando a oportunidade preciosa em que o Deputado Erondy

Silvério, sobejamente reconhecido neste Estado, pela sua segurança, pelo seu equilíbrio e pela sua atuação combativa nesta Casa, trouxe a nossa reflexão os riscos em que decisões tomadas até mesmo com espírito de colegiado como deve ser as posições tomadas de uma Assembléia Legislativa nas suas Comissões Técnicas, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, quando decisões são tomadas pelo aspecto emocional, quando são levadas pela vindita, pela vingança, pelo ódio, injustiças são cometidas e erros irreparáveis marcam, de forma desfavorável, a própria História do Poder Legislativo.

E Vossa Excelência aponta as injustiças em que se viu envolvido Raul Juliato. E eu gostaria, por haver convivido muito tempo com ele e com seus familiares, gostaria de destacar aqui o espírito lutador que Raul Juliato, tirou do papel, do então projeto do Instituto Agrônomo do Paraná e transformou nesta agradável realidade que promove o Paraná e que destaca o País, através do desenvolvimento científico e tecnológico no setor, gostaria de destacar o pai, o esposo, o amigo generoso que foi Raul Juliato. Lembrando aqui a nossa manifestação de apreço e de consideração à Dóña Sara, aos seus filhos Lúcio, Horácio e Virgílio, na certeza de que a injustiça cometida pelos homens não encontrará absolutamente sustentação no plano espiritual. Juliato, pelo que fez nas suas atividades profissionais, e como se comportou como amigo, como pai e como esposo, por certo está a merecer, neste plano, um tratamento diferenciado do que aquele que, lamentavelmente, nos seus últimos dias de passagem terrena, a Assembléia Legislativa por emoção, por vindita, acabou, nestes últimos dias de Juliato, de maneira extremamente negativa. A sombra pairou sobre ele e seus familiares. Mas tenho a absoluta certeza que, na Justiça Divina, após esta Assembléia haver reparado o erro em parte, arquivando o processo, tenho certeza que Raul Juliato, viverá sempre, pela imensa significação que representa esta sua obra, o Instituto Agrônomo do Paraná. Meus parabéns, Deputado e muito obrigado pelo aparte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE. Agradeço o aparte do Deputado Odeni, que realmente não apenas é conhecedor profundo das coisas da agricultura, como também foi um amigo particular da família Juliato. Deixo aqui este registro para que se faça justiça a um abnegado servidor, a um engenheiro, para que se faça justiça, a um pai de família e para que se faça justiça, a um homem em toda a dimensão humana, que a pequenez de alguns não conseguiu deslustrar. Peço à Casa, aos Srs. Deputados, o apoio para o editorial de hoje do jornal "Indústria e Comércio", do ilustre jornalista Luiz Geraldo Mazza. (Lê):

"UMA VARIAÇÃO EXÍLIO - TORTURA

Uma pessoa pode sofrer mais do que a experiência do exílio sem ter saído do país. Muitos a experimentaram. Embora os patrulheiros de todas as épocas, por se acreditarem como profetas do novo tempo, qual um São João em relação a Jesus, pensem estar imunizados contra o sentimento primário da vindita e o uso da tortura (a psicológica, às vezes, é mais brutal do que a física), agem com a compulsão dos depuradores da Idade Média, os que limpavam a alma pela queima do corpo. Recebi ontem, aqui no jornal a notícia da morte de Raul Juliato,

o obstinado construtor do IAPAR, organização-modelo em pesquisa agropecuária que transformou em uma década na segunda maior instituição do gênero do país. Quando Parigot de Souza o escolheu, Juliato saiu do Palácio com um papel na mão — os decretos de criação do IAPAR e do da sua nomeação — e uma idéia na cabeça e muito amor no coração. Fez tudo sozinho e na sua obstinação me fez lembrar um homem de outro tempo, como ele também com doutorado no exterior, Marcos Augusto Enrietti, propulsor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, líder de uma geração multidisciplinar de veterinários, bioquímicos, agrônomos (quem se esquece do articuladíssimo Lício de Castro Veloso?), geólogos (Reinhard Maack, Bigarella, etc), químicos (Ludovico Webber, Nilton Buhner), etc. Juliato levou a vantagem, porém, de atuar numa época em que era preciso queimar etapas, recuperar o tempo perdido, justamente com o erro estratégico de Ney Braga, que ao dar prioridade à infra-estrutura econômica (transporte, energia) abandonou a tecnologia que deveria embasar o grande salto dos anos 60.

Agora Juliato morreu, e me dizem que se um atestado de óbito tivesse a abrangência misteriosa da poesia documentária que "foi de tristeza". É que a gana da revanche, visível na baba dos cruzados, estava a desfigurar o sentido de uma existência com a bateria das denúncias primárias dessa CPI da corrupção, com a acusação de haver consertado o carro particular, na oficina do IAPAR. Então um homem que constrói — imaginem quanto ponta-pé deve ter dado nos canalhas burocratas de todos os tempos, essa fauna que está nos palácios como o bolô no fruto podre — uma obra como o IAPAR é julgado pelo prisma do primarismo, dos primatas que se julgam doutores em coerência. Outro dia recusaram a Ivo Arzua o direito de defender-se, imitando SNI, DOI-CODI, etc. O que exigirão ainda de Juliato? "

Fiz a leitura para que os que tomaram conhecimento, saibam do valor, da grandeza da alma e do trabalho deste que já não mais pertence a esta vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta à Liderança do PDS se usará o restante do horário que lhe é concedido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Por cinco minutos o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As notícias nos principais jornais no Paraná estão a dizer que os traidores não têm vez. Não há espaço. Nós que reservadamente conhecemos o Deputado e atual Secretário Nelson Friedrich, quando ele diz: "Se a Frente traidora adiar para o PMDB, nós saímos". Então este é o preço da traição, Srs. Deputados. Que sirva à imprensa do Paraná o exemplo de um homem que lutou sempre por um ideal. E vemos hoje os traidores da Frente Liberal sem espaço como uma "ave sem ninho".

Sr. Presidente, é um exemplo que está acontecendo antes mesmo do fato consumado.

Meus companheiros do PDS é a maior vergonha para um político não ter espaço no seu partido por traição e, não ter agasalho, não ser agasalhado em outro por medo de traição.

Nós, quantas vezes, tivemos quizes dentro do complexo normativo da política como o Secretário Deputado Nelson Friedrich.

Agora, se entrar na Frente Liberal, nós saímos.

Como pode, Sr. Presidente; como pode, Srs. Deputados; como pode, imprensa do meu Paraná, misturar azeite com água?

Dizia muito bem pela vez primeira no meu raciocínio o Deputado Secretário ou Secretário Deputado, não tem vez para traidores, Sr. Presidente, em nossa agremiação.

Os traidores que fiquem com sua traição ao povo. Os vendilhões dos templos que não tenham espaço, porque querem tomar de assalto um partido que sofreu 20 anos. Que sofreu na carne, que não se entrega de acordo com os seus defensores dignos e legítimos.

Eu queria deixar aqui, Sr. Presidente, os meus parabéns ao Secretário do Interior que disse que no PMDB não tem lugar para traidores. Não tem lugar, porque lugar dos traidores é no pijama.

São políticos que devem usar um pijama muito grande conforme a sua consciência.

Queria que ficasse nos Anais desta Casa, meu apoio ao Secretário Deputado Nelson Friedrich. Se eles entrarem, nós saímos. Porque os traidores, os oportunistas não devem ter vez. Não é uma ingerência indébita, mas estou me parabenizando com os homens que não querem interferência e não se acomodam, com gente que ficaram 20 anos a mamar na teta do Governo e a caça das bruxas; caçar e caçar.

E depois, Sr. Presidente, querer se acomodar numa frente espúria que não tem espaço, que nem partido eles têm e querem se acomodar no PMDB.

Por isso que eu gosto de Jayme Canet, porque "pão é pão e queijo é queijo", já dizia Canet.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, por 15 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, vou acupar o Horário da Liderança por 5 minutos e reservar o restante ao Deputado Basílio Zanusso que acaba de chegar, e tem um pronunciamento importante a fazer. (Lê):

Sr. Presidente.

Semana passada reportei-me, da tribuna, à situação dramática enfrentada pelos produtores de feijão do Vale do Ivaí. As dificuldades não são sentidas só pelos produtores daquela região. Em todas as regiões do Estado a situação aflitiva é a mesma.

Ora, como é que podemos pretender assegurar a produção de alimentos para o nosso sofrido

povo, se não há uma seriedade por parte dos órgãos governamentais, se a política para o setor agrícola no País sempre é envolvida em equações complicadas, revestidas dos mais absurdos disparates; se os agricultores vêem-se sempre ao sabor das incertezas e deixados à deriva pela tibieza e contradições das medidas adotadas.

Será que falta bom senso para os que deviam ser responsáveis pela política agrícola no País? Caso houvesse, não existiria esse caos que aí está.

Claro que as questões econômicas nem sempre são tão simples quanto aparentam, uma decisão pode conduzir a resultados inesperados ou completamente desviados de que se pretendia atingir. Contudo, na questão agrícola, especialmente num país com as características do Brasil, é de se supor que o mínimo ideal a se fazer é oferecer perspectivas ao produtor, quer quanto a preços quer quanto a mercado.

Pro que não se estabelecer preços básicos para os produtores mas não para a safra que está em desenvolvimento como para as safras futuras, digamos as dos dois ou três anos seguintes e que seja cumprido.

Com esse mecanismo, o produtor — e me refiro mais especialmente aos pequenos produtores agrícolas responsáveis pela grande parte da produção de alimentos em nosso Estado e de modo geral, no País todo, o produtor, como disse, teria certeza de que poderia produzir nos mesmos níveis da safra boa conseguida, em volume de produção, sem que a manutenção do volume de produção em níveis altos jogasse os preços de mercado para baixo, como é natural no regime de livre concorrência. E isso não significa privilegiar quem trabalha a terra, em detrimento de outras atividades, não!

A produção agrícola é por demais instável, sujeitas de grande monta, e às circunstâncias das condições climáticas.

O produtor não pode viver sujeito à tamanha instabilidade; se a safra é pequena em face das condições climáticas adversas a lata dos preços não compensa seus investimentos; se, ao contrário, é bom o nível de produção, os preços caem, inviabilizando do mesmo modo o seu esforço.

Não, basta, contudo, a fixação de preços e um horizonte mais longo. Igualmente há necessidade de garantia para a aquisição da produção, não no sentido de o governo substituir os agentes de comercialização mas no de intervir quanto o mercado comporta-se desfavoravelmente ao produtor.

É exatamente isso que acontece no momento, mais especificamente em relação aos produtores de feijão. Sem dúvida o governo fixou os preços de garantia, estabelecidos em 75 mil cruzeiros a saca de 60 quilos. Ora, o preço de garantia existe, mas para que serve, quando o governo não libera os recursos para a aquisição e o produtor tem que vender no mercado a 50 mil cruzeiros para atender aos seus compromissos, compromissos assumidos para a produção.

Por aí, se vê, como são a falácia o preço de garantia e mais ainda se constata como a política para o setor ao invés de atender aos interesses dos produtores vai justamente de encontro a esses interesses. É o que ocorre com o paradoxo de se importar feijão do México, do Peru, dos Estados Unidos, da Argentina, quando o Brasil tem condições excepcionais de realizar uma grande produção.

De que outra maneira se pode entender a política agrícola no Brasil como altamente contrária aos interesses dos produtores nacionais.

É preciso uma urgente correção de rumo. Contudo, não podemos ficar na expectativa apenas das decisões a nível de governo federal, cruzando os braços com a alegação que a condução da política agrícola é de responsabilidade apenas do governo federal.

Sem dúvida é o Governo Federal o grande responsável, mas os estados podem realizar algum esforço, alguma atuação na esfera da sua competência, ação inclusive reivindicatória, governo e produtores se unindo para pressionar a alteração necessária na condução dessa política.

Os produtores de feijão do Paraná, enfrentam uma situação de emergência, e numa situação como essa também o governo do Estado poderia emprender alguma ação positiva, como, por exemplo, em situação de excepcionalidade, isentar o produto do ICM, a fim de que, dessa forma, os produtores de feijão contassem com um incentivo que lhes possibilitasse sair das dificuldades atuais.

Não que a isenção seja a fórmula ideal. Se se isenta o ICM o produtor de feijão isso vai constituir num estímulo diferenciado em relação a outros produtos, trazendo isso distorções no processo de produção a nível da agricultura estadual e mesmo nacional, precisando por isso extrema cautela numa política de incentivos dessa ordem.

Mas, numa questão emergencial como a de agora talvez fosse esse um caminho a ser estudado, mas estudado em ritmo de urgência, já que os produtores de feijão não mais podem esperar por medidas que só venham a funcionar quando ultrapassada a fase aguda de dificuldades e o desestímulo, e o desânimo toma conta de tudo".

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, no s dez minutos restantes no Horário da Liderança do PDS, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há poucos dias, o Deputado Orlando Pessuti, discursando nesta Casa, manifestou a sua preocupação com a possibilidade de serem dispensados de seus empregos, cerca de cento e noventa (190) trabalhadores vinculados à Secretaria da Agricultura do Estado, que prestam serviços à Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico - CANECC - em virtude da sua "paralisação temporária", determinada, segundo o parlamentar, pela falta de definição de normas técnicas e de liberação de recursos financeiros por parte do Governo Estadual, concluindo o orador, com veemente apelo às autoridades competentes para que aqueles mesmos trabalhadores sejam poupados da anunciada dispensa coletiva, pois a medida atingiria cerca de 600 pessoas e, responsabilizou o Governo Federal pela brutal medida.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é do conhecimento de todo Paraná que a Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado, está totalmente desacreditada em decorrência de vinte

e cinco anos de desacertos desastrosos, pois desde o seu início, nunca houve a disposição de, através de um planejamento sério e responsável por parte do Governo Estadual, à exemplo do que ocorreu no Estado de São Paulo, implantar-se, também no Paraná, uma política competente que pudesse permitir ao nosso Estado, a curto ou médio prazo, transformar-se num dos maiores produtores de frutos cítricos do País.

Associo-me ao ilustre Deputado Pessuti na defesa da manutenção do emprego de tantos chefes de família, mas não posso deixar de registrar nos anais desta Casa que a referida paralisação dos serviços da campanha, deu-se por determinação isolada e unilateral do Doutor Claus Germer, digno Secretário da Agricultura, argumentando a justificativa de assim ter procedido em atenção ao pedido dos Senhores Prefeitos da Microregião do Médio Paranapanema.

É possível, Senhor Presidente, que suas Excelências tenham pedido o fim da Campanha incoerente, ineficaz, odiosa até, marcada por inúmeras interrupções, principalmente por motivos eleitorais, onde o seu êxito maior foi o de desmoralizar ainda mais a classe política e os órgãos nela envolvidos, isso é verdade.

Mas, não posso crer que o pedido tenha sido pura e simplesmente o fim do combate à doença "cancro-cítrico", pois o desejo maior dos municípios paranaenses é sua capacidade de voltar e produzir laranjas, limões e outras variedades cítricas, isentas da doença..

Objetivamente, julgo lógico o seguinte raciocínio:

- a) - a doença cancro-cítrico realmente existe;
- b) - a política de proteção sanitária vegetal é de competência da União;
- c) - o Paraná quer, precisa e pode produzir frutos cítricos. Logo, não agiu da forma mais recomendável, aos interesses do Paraná, o Senhor Secretário da Agricultura, ao determinar, como disse, isoladamente, a paralisação dos serviços da campanha que, embora cambaleante, havia permitido a liberação de doze (12) municípios da região de Jacarezinho e programado os mesmos trabalhos para os municípios que compõem as microregiões de Cornélio Procopio, Londrina e de Maringá.

Sabendo-se que a responsabilidade do Ministério na Campanha, restringe-se à liberação de recursos para pagamento de serviços realizados, logo, evidencia-se patente, Senhores Deputados, que não havendo execução de qualquer serviço, dificulta-se a liberação de recursos. Portanto, repito, a ameaça de dispensa dos trabalhadores vinculados à campanha, é decorrência única do ato praticado, pelo Senhor Secretário da Agricultura que, dele, lamentavelmente, nenhum resultado positivo somou o Paraná.

Por outro lado, louvo o trabalho competente elaborado pelos técnicos da Secretaria da Agricultura, que resultou no documento básico de proposta ao Ministério ou à CANECC, encaminhado pelo Secretário da Agricultura, reivindicando a renegociação de de dois aspectos mais importantes da campanha, que são: a) - mudança da metodologia; b) - reforço financeiro.

Pois bem, tão convincente os argumentos do Paraná, que, a partir do mês de outubro p. passado, as interdições serão apenas por propriedade e não

por município, como vinha sendo. Foi realmente uma grande conquista para a citricultura do Paraná, para a qual, além da reivindicação da Secretaria, quero testemunhar a ajuda e a colaboração emprestada pessoalmente pelo Doutor Roulien Basaglia, digno Delegado do Ministério, aqui no Paraná.

Quanto ao reforço financeiro, infelizmente, não se deu a mesma coisa, pois existe uma previsão de apenas 900 milhões de cruzeiros para o exercício de 1985, enquanto que este ano, esperando-se a liberação de 166 milhões de cruzeiros nos próximos dias e mais a última parcela, ainda neste exercício, no valor de 480 milhões de cruzeiros, teremos um total de 980 milhões. Isto posto, enfatiza perfeitamente a necessidade da alocação de maiores verbas, porém, atrevo-me a considerar não ser este o empecilho maior, conforme procurarei, resumidamente, expor ao final.

O Governo Federal, através do Ministério (CANECC), não concorda plenamente com as propostas do Paraná, no que diz respeito à metodologia, como também, vem liberando recursos menores e insuficientes à necessidade, agravando-se, ainda mais, quando sabemos que a previsão para 1985 não é animadora.

O Governo do Estado insiste na implantação de uma metodologia com base nas pesquisas do IAPAR, divergentes da CANECC; não aplica, nem está disposto a aplicar recursos financeiros seus na campanha, e culpa o Ministério de tudo e por tudo.

Dáí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dessa aparente divergência, resulta o fracasso da Campanha no Paraná, cujos reflexos econômicos e sociais são incalculáveis.

Pouco se aproveita ao nosso Estado atribuir ao Ministério da Agricultura a nossa incompetência no setor. Como também se escuta frequentemente que o Estado de São Paulo tem interesse que o Estado do Paraná não produza cítricos, pois seria o seu grande concorrente ou, ainda, que multinacionais estejam manipulando essa mesma política danosa.

Ora, Senhor Presidente, enquanto o Governo do Paraná fica atribuindo a responsabilidade do nosso insucesso a uns e outros, o Estado de São Paulo, há longos anos, desde o então Governo Jânio Quadros, montou uma grande estrutura de combate à doença, logo após ter sido ela detectada, de tal forma eficiente, Senhores Deputados, que, segundo declarações do seu atual Governador Montoro, aquele vizinho Estado vem suprindo o mercado interno do País; exporta para os países estrangeiros mais de um (1.000) de dólares, anualmente, em sucos e frutas cítricas em natura, além de proporcionar, direta e indiretamente, trabalho para mais de um milhão de paulistas.

Chega de se perder tempo. Atribuir a culpa do nosso fracasso a alguém, repito, não resulta em nada de positivo. É hora do Governo do Estado dizer, honestamente, sem subterfúgios, se quer ou não quer assumir a realização de uma campanha séria e bem definida e, em caso afirmativo, todo o Estado haverá, creio, haverá de engajar-se nela, pois será, sem dúvida, uma das maiores conquistas paranaense.

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Basílio Zanusso, quero parabenizar Vossa Excelência, quando faz uma colocação feliz, de que já se passaram mais de 24 anos desde o Governo Jânio Quadros, porque foi Jânio Quadros, como Presidente do Brasil, que instituiu o combate ao cancro cítrico, e lamentar, nobre Deputado, paralelamente a esse outro problema do desemprego que Vossa Excelência vem enfocando, lamentar profundamente que, em quase 25 anos, o Brasil não tenha erradicado esse terrível mal do cancro cítrico. E o que é pior: a nossa laranja do Paraná, para efeito de combate a essa doença, não presta, mas a laranja do Estado de São Paulo, plantada no mesmo Brasil, é vendida aqui no Paraná por um preço exorbitante.

E nós já pudemos percorrer algumas regiões do Paraná, principalmente na área de Loanda, Paranavaí, onde algumas crianças chegam a ter os lábios partidos porque não chupam laranja, não consomem a vitamina C.

Por que?

Porque, lamentavelmente, esse produto que nós importamos de São Paulo, está realmente, por um preço fora do alcance da grande maioria.

Queria apenas cumprimentar Vossa Excelência, e independentemente dessa paralisação do combate ao cancro cítrico, fazer votos de que haja mais seriedade e que um dia o mal possa ser erradicado, e que a laranja não custe um preço tão alto para o nosso consumidor do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que tão bem quanto eu, conhece este problema que vem se arrastando há vinte e tantos anos.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência, concede-me um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Permito, Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Basílio Zanusso, é uma tese que Vossa Excelência vem defendendo nesta Casa, há muito tempo. Apenas queria dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência é um herói, porque mudam-se os governos, e continua naquele velho ditado. O velho ditado, Deputado Basílio Zanusso: "que muda a coleira e a cachorrada é a mesma".

Onde está o Governo José Richa, neste momento, Deputado Basílio Zanusso que não defende o Paraná? Precisamos nós, os fracos homens da Oposição vir aqui, nesta Casa, defender uma tese em benefício de nossa terra e de nossa gente.

Vossa Excelência é um herói, e está de parabéns, porque é um reclamo certo, nossas terras férteis são melhores do que as terras do Estado de São Paulo. E por que nós não temos, ou não tivemos, ou não teremos um "lugar ao sol?"

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu que agradeço, o aparte de Vossa Excelência, que ao longo das minhas 4 legislaturas aqui, e que antes delas Vossa Excelência já aqui se encontrava, nós juntos

estamos falando deste problema que eu reputo dos mais significativos para o Estado do Paraná.

O Sr. Edgard Pimentel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Basílio Zanusso, eu acompanho o seu pronunciamento, com vivo interesse, porque é uma matéria que há longos anos a gente vem discutindo, a questão do câncer cítrico no Paraná. Nós, em 1966 servíamos à Secretaria da Agricultura e participávamos da campanha da erradicação do câncer cítrico. Entretanto, foram destruídos laranjais, pomares imensos, e até hoje nenhuma solução foi dada para o replantio. Todos sabemos que o plantio clandestino de plantas cítricas, no Paraná, é um fato consumado. Recentemente, em Cascavel foi apreendido um caminhão contendo mudas cítricas, e todas foram incineradas. Nós temos que lutar juntos, Deputado Basílio, no sentido de, unindo esforços ao Governo do Estado, a sua Secretaria da Agricultura, podermos, de uma vez por todas, resolver o plantio da cítrica no Paraná, e este Paraná, o nosso querido Estado, voltar a ser o grande produtor de frutas cítricas, no Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sou membro efetivo da CPI da Corrupção, sou, 5º Suplente. Mas em diversas oportunidades tenho participado de reuniões dessa CPI, e hoje, tratava, a CPI, do empréstimo dado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná, à Servix Engenharia.

Confesso, Senhores Deputados, que não conhecia, em detalhes, aquela operação de crédito. Algumas notícias havia lido, na imprensa, mas não fazia idéia da gravidade do que ocorreu.

Gostaria, Senhor Presidente, de relatar aqui em breves palavras, o que eu, que não conheço, não conhecia em profundidade a operação, pude constatar deste que me parece um verdadeiro escândalo, que foi a operação empréstimo à Servix Engenharia.

A Servix Engenharia, uma empresa tradicional, com 50 anos de existência na construção civil do País, empresa que eu aprendi a admirar nos anos em que era empreiteiro, funcionário de uma empresa que, com a Servix competia, senti, na ocasião da concordata e posterior falência da Servix, que aquele fato era uma perda grave para a engenharia do Paraná!

Tomei conhecimento, então, das dificuldades que provavelmente por falta de pagamento de órgãos públicos, foi levada, a Servix, a atravessar. Mas a operação, Senhores Deputados, um pedido, inicialmente, de empréstimo, de 6 milhões de dólares - em números redondos - transformado, depois, em pedido de aval, de fiança, para que o BADEP avalizasse uma operação de crédito desse valor, que a Servix estaria contraindo de uma outra entidade financeira, teve como garantia desta soma, máquinas de grande porte que pertenciam à Servix, e o

BADEP através de seus técnicos avaliou as máquinas que a Servix ofereceu em garantia. Em maio de 82 o laudo de avaliação dava como valendo aquelas máquinas, 1 bilhão, 585 milhões e 600 mil cruzeiros em números redondos. Vejam bem, em maio de 82, 1 bilhão, 585 milhões.

Este valor correspondia na época a garantia de 1.8 sobre o principal. Portanto, o BADEP estava garantindo com bens em 80% além do avalizado. Com base nisso e mais como garantia também 60% do faturamento da Servix, no linhão de Itaipu, na linha que iria de Itaipu - Foz do Iguaçu a São Roque no interior de São Paulo, pois a Servix havia ganho a concorrência para execução daquela obra.

Mas, sem levar em conta os aspectos jurídicos que envolveram esta garantia de 60% do faturamento e nos fixando só na garantia real dadas pela Servix que eram aquelas máquinas, nós tínhamos portanto, em maio de 82, 1 bilhão, 585 milhões.

Em setembro a Servix pediu concordata, seguida de falência. Em fevereiro de 83 o BADEP fez nova avaliação. Em fevereiro de 83, portanto 9 meses depois da primeira avaliação. Ora, a primeira, repito, 1,5 bilhões. Se nós corrigíssemos a avaliação pela variação da ORTN entre maio/82, fevereiro/83, nós teríamos em fevereiro/83, aquelas máquinas valendo 2,7 bilhões. Valiam 1,5, corrigidas pela ORTN, passariam a 2 bilhões, 755 milhões e 300 mil cruzeiros.

Muito bem, o BADEP mandou fazer nova avaliação. Em vez de 2 bilhões e 700 milhões, avaliação nova: 688 milhões de cruzeiros.

As máquinas que deveriam valer 2 bilhões, 788 milhões razão pela qual o BADEP deu empréstimo lastreado naquela garantia, valiam, pela nova avaliação do próprio BADEP 688 milhões.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Tão logo eu termine essa linha de raciocínio.

O Sr. Gabriel Manoel - Encantado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu fico encantado, também.

Ora, dizem alguns, para justificar, que as garantias dadas pela Servix ao BADEP eram de rápida depreciação, pois eram máquinas. Ora, mas se o empréstimo não era a curto prazo, isso não serve como justificativa. Se o empréstimo é a médio prazo, não se pode pegar como garantia, algo que deteriore tão rapidamente.

Na hora do BADEP, quando fez a segunda avaliação, e que ela significou apenas 24,9% do que deveria valer para justificar o empréstimo dado, verificou-se que as máquinas, 11 delas, quase 1/3, já estavam alienadas anteriormente ao BADEP - Banco de Desenvolvimento de São Paulo e ao Banco do Brasil e mais outros bancos. Portanto, além das máquinas não valerem 2,7 bilhões e sim 688 milhões, elas não poderiam garantir o empréstimo todas elas, porque 11 delas já estavam alienadas a outra instituição financeira. E ficou o BADEP, Senhores Deputados, com o prejuízo que

soma-se hoje a 25 bilhões de cruzeiros, faltando pagar ainda, 17 bilhões de cruzeiros.

Ora, quem conhece um pouco de máquinas rodoviárias, sabe que há, naturalmente, assim como veículos menores, como automóveis, a cada ano que passa uma depreciação, a cada dia que passa é depreciado pelo tempo e pelo uso qualquer bem-imóvel. Uma motoniveladora 1979, por exemplo, hoje, vale, esta máquina usada aproximadamente 50% da máquina nova. Vale 70 e poucos milhões contra 150 de uma motoniveladora nova. Em cinco anos portanto de uso, fica depreciada por volta de 50%, mesmo levando-se em conta que o ano de maior depreciação é o primeiro ano, porque de máquina nova para a usada, com pouco uso, a curva de depreciação é mais acentuada no primeiro ano.

Mas, mesmo considerando valores desse tipo, a depreciação média, no caso do exemplo que aqui citei de uma motoniveladora, seria de 10% ano. Pois pasmem Senhores Deputados, que a tal depreciação no caso das máquinas da Servix, em apenas 9 meses atingiu o espantoso número, em menos de um ano, de 75%. Ou houve uma depredação geral nas máquinas da Servix dada em garantia ao BADEP e as informações não nos levam a crer nisso, pois são exatamente o contrário, ou houve má fé na avaliação. Nós não temos saída: ou a avaliação foi feita errada, a primeira, levando a que o Banco ficasse a descoberto ou, muito, incompetentes foram os que fizeram a segunda avaliação, avaliando abaixo do preço. Essa segunda hipótese fica descartada, porque pela venda das máquinas, verificou-se, que a segunda avaliação ainda assim era generosa. Portanto, só resta uma alternativa: um erro crasso dos técnicos e aí eu coloco entreaspas, avaliadores do BADEP, avaliando por 4 vezes o valor daquelas máquinas. De duas uma: ou foi incompetência, ou foi má fé. Se foi má fé, alguém tem que ser responsabilizado, porque o prejuízo de 25 bilhões de cruzeiros, não pode, impunemente, ser jogado à responsabilidade dos paranaenses.

Portanto, como eu dizia no início, Senhor Presidente, tenho assistido poucas reuniões da CPI da Corrupção, mas esta de hoje que se prolongou até as 14 horas e 30 minutos, nos leva a acreditar que a operação BADEP-SERVIX pode, em propriedade, ser chamada de "O Escândalo do BADEP".

Eu concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Eu agradeço a Vossa Excelência e apenas para que possamos raciocinar sobre esse problema do BADEP, Deputado, vendo Vossa Excelência defender o patrimônio paranaense, queria primeiramente me parabenizar com Vossa Excelência. E apenas uma pergunta.

A quem pertence, a que Governo pertence os avaliadores do BADEP, que deveriam saber que máquinas são perecíveis? E bem fala Vossa Excelência, Vossa Excelência neste momento, em defender o patrimônio paranaense, em defender essa gente que trabalha, em defender, Deputado, os homens que estão sem emprego.

Queria me parabenizar, mas apenas fazer uma observação. Qual foi a mudança que hoje neste Governo participativo, onde num banco de responsabilidade,

com homens de responsabilidade fazem avaliação de bens perecíveis, Deputado?

É por isso que homens da coragem de Vossa Excelência têm que ser aplaudidos em qualquer transição; aplaudidos pelos homens de consciência do Paraná e do Brasil. Os meus parabéns e apenas dizer a Vossa Excelência que quando uma voz canta no deserto que é o Paraná e é o Brasil, de homens incompetentes que fazem a avaliação sem querer saber de que Governo pertence. Apesar disso Deputado, apesar dos conselhos da liderança, Vossa Excelência está de parabéns e siga o seu caminho, não ouça conselhos, porque conselhos não se dão. Guarda-se.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço, Deputado Gabriel Manoel.

O Deputado pergunta a quem pertence os avaliadores, a que governo, e eu acho que pertence antes de algum governo, ao próprio Banco de Desenvolvimento do Paraná, que fez a primeira avaliação em maio de 82 e a segunda em fevereiro de 83. Não estou aqui levantando suspeita sobre ninguém. Só quero aqui demonstrar que, espantosamente, há falta de lógica nestas avaliações. E dizer, concluindo, Senhor Presidente, que realmente repetindo o que já disse, isso é um grande escândalo a operação BADEP - SERVIX.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se usará os 13 minutos restantes do seu tempo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Nós abdicamos do restante do tempo, Sr. Presidente. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento subscrito pelo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde. **Inclua-se na Ordem do Dia de 28/11/84.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO PROGRAMA-ANUAL DO ESTADO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1985.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar,

concedo a palavra ao Senhor Deputado
Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente,
com a presença do Deputado Odeni, que vai
fazer o encaminhamento, eu declino.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a
palavra o Senhor Deputado Odeni Mongrue, para
encaminhar.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente,
Senhores Deputados. (Lê):

"No ano anterior, quando este Poder Legislativo
se desincumbia desta mesma tarefa, observávamos
sobre a necessidade de uma contribuição orientadora
no sentido de identificar o perfil político do Governo,
através do estudo da alocação de recursos para os
diferentes setores e atividades, quanto ao exercício
administrativo da máquina do Executivo Estadual
para 1984.

Uma vez que as limitações estabelecidas
por lei à Assembléia Legislativa impedem-na de
influir, conforme a vontade popular, na aplicação
dos recursos do Estado.

Vale reproduzir trecho do parecer da Comissão
de Orçamento ao Projeto de Lei n.º 252/84, onde
destaca: "Fica claro a total desvinculação do Legislativo
nos pressupostos básicos da Lei Orçamentária
e isto é fruto do interregno, que ora assistimos
o seu final, de autoritarismo e hipertrofia do Poder
Executivo em detrimento do Poder representativo
popular. Tal realidade é determinante para que haja
um total desinteresse na discussão do principal
instrumento da administração pública.

Contudo, se de um lado as limitações constitucionais
criam inúmeros obstáculos para a nossa inteira participação
nos desígnios governamentais, paralelamente nos
é impossível deixar de procedermos uma análise
mais acurada, com intuito de identificar as intenções
governamentais, dentro do espírito de atendimento
aos problemas sócio-econômico do Estado".

Creio, pois, que a análise às propostas orçamentárias
do Governo Estadual, encaminhadas a esta Casa
tanto a do ano anterior quanto a atual, ensejou
a ambas as bancadas a verificação de que o Poder
Executivo guarda interesses próprios que não estão
previstos no programa da agremiação partidária
que lhe ofereceu apoio e sustentação durante a
campanha eleitoral em 1982.

Isto é perfeitamente identificado pela aprovação
desta matéria através da determinação numérica
da Maioria, sem que os ilustres Deputados da Situação
fizessem uso do discurso parlamentar, procurando
explicar ou justificar os critérios adotados na elaboração
da referida proposta orçamentária.

Demonstram-se, assim, estarem também
em posição de desconforto face a dessintonia entre
a proposta do partido político e a ação do Executivo
Estadual.

A verdade é que a diferença entre os propósitos
deste Poder e o interesse próprio do Executivo,
aproxima muito mais as bancadas parlamentares
em suas intenções, separando-as, apenas, a determinação
dos números da Maioria, como exercício de fidelidade
ao outro Poder, hipertrofiado e poderoso.

Se o orçamento retrata a vontade do Executivo,
não significa que a sua aprovação retrate, necessariamente,
a vontade do Poder Legislativo.

Se com a aprovação da proposta orçamentária
ora em apreciação satisfaz-se a vontade e o interesse
do Governo à aprovação da matéria, a nível de
Assembléia Legislativa, sem atender e sem discutir as
emendas apresentadas, caracterizadas, apenas, o
atendimento do interesse da Maioria e não a vontade
dos Senhores Deputados, individualmente, e do
próprio Poder que o integram como um todo.

Vale destacar as palavras do Presidente do
Conglomerado Bamerindus, José Andrade Vieira,
ao encerrar o XV Congresso Nacional de Bancos,
em Salvador: "O Governo não se governa dentro
da técnica orçamentária e suas contas não são auditadas
nem cobradas pela sociedade.

O déficit público, gostosamente assumido,
acaba penosamente coberto por poupança externa,
por emissão primária, por sobrecarga fiscal, por
recessão corretiva e, sobretudo, por dinheiro que
o Governo toma emprestado do público e no mercado
financeiro.

Quanto ao Projeto de Lei n.º 252/84, no
Artigo 8.º, Parágrafo 2.º, Inciso 2 e 5, objetiva
elevar de maneira imprevisível, ainda mais, a capacidade
do Poder Executivo de alterar o orçamento do
Estado, mediante decreto para créditos suplementares,
afastando, com isso, as já precárias oportunidades
de discussão e participação da Assembléia Legislativa
no emprego dos recursos públicos.

Lembrou bem o Líder da Bancada da Minoria,
ao analisar a proposta orçamentária para 85, quanto
aos riscos deste Poder abdicar de sua autoridade
de participar da decisão pertinente à alocação do
superávit financeiro, quando não se tem
noção de quanto importará esse recurso, hoje não
estimado.

O superávit financeiro, quando observado,
deve ter na sua aplicação a garantia do retorno
dos benefícios sociais pela sua correta e adequadas
utilizações.

Quanto à autorização legislativa que está
sendo conseguida para o Executivo, pelas votações
sucessivas e favoráveis do Projeto de Lei n.º 252/84,
para anulação parcial ou total de dotações em um
mesmo órgão, e que afastam ainda mais a capacidade
deste Poder de participar da decisão sobre o
emprego do dinheiro público, em favor das prioridades
reclamadas pela sociedade paranaense, não é prática
recomendável neste momento.

A fixação de um percentual para o Executivo
proceder abertura de créditos suplementares, tem
o propósito de facilitar-lhe a ação, tornando-o
mais ágil para promover certos ajustamentos que se
tornarem necessários em cada órgão.

Isto é defensável.

Porém, liberar o Poder Executivo dos limites
vigentes, é conferir a este Poder uma imagem
meramente legalista e assumir absoluta convivência
e responsabilidade com eventuais desacertos no emprego
de vultosos recursos, cuja aplicação dependeria,
apenas, da vontade e do interesse do Poder Executivo.

Ao tempo em que este Poder, por deliberação
própria e, atendendo interesse do Governo, atenua
a sua própria competência e responsabilidade de
fiscalizar e participar da decisão do emprego do

do dinheiro público, facilitando as coisas para o Executivo, é ele, Poder Legislativo, alvo de fiscalização mais enérgica quanto ao uso dos recursos públicos de que dispõe, para o cumprimento de sua missão constitucional.

Surpreendentemente, enquanto os recursos públicos crescem em valores expressivos e, para efeito de aplicação são colocados à disposição e, para efeito de aplicação são colocados à disposição do Governo, a Assembléia reduz, ainda mais, o seu instrumental de acompanhamento e fiscalização.

O artigo 5.^o, parágrafo 2.^o, do Projeto de Lei n.^o 252/84, ao prever o limite de 30% para autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementares para autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e pelos órgãos de regime especial, não só alcança níveis de autonomia excessivos, mas, inclusive, retoma conquista obtida por este Parlamento no ano passado, cuja conquista valorizou o trabalho parlamentar e permitiu um melhor acompanhamento governamental pelos representantes da sociedade civil paranaense.

— O ganho de ontem, é a perda de hoje!

Pois, pelos valores apresentados na proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá alterar o orçamento em 160 bilhões de cruzeiros sem qualquer necessidade de consulta ou conhecimento prévio aos Senhores Deputados.

Mais ainda, sobre a Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez mantida a proposta original, cerca de um trilhão e 311 bilhões de cruzeiros (executados os casos previstos no parágrafo 2.^o, do artigo 8.^o) serão alterados quanto à sua aplicação sem o incômodo de consulta por parte do Governo à Assembléia Legislativa.

Enfim, se a Receita foi intencionalmente superestimada passaremos, praticamente, o ano de 1985, em recesso, quanto à apreciação de mensagens do Executivo, que disponham sobre a matéria orçamentária e financeira.

Aí então, tudo o que se deveria fazer ao longo do exercício, como reajustes ou correções na alocação do dinheiro público, já estará feito e consumado, dependendo o emprego desse recurso, exclusivamente, do interesse do Governo Estadual.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, em síntese, alguns aspectos que se evidenciam pela análise comparativa da proposta orçamentária do Governo para o período em questão:

1) - Redução, ainda maior, da capacidade de investimentos do Estado. (empobrecimento).

2) - Tendência crescente do endividamento do Estado em índices limites e em proporções preocupantes;

3) - Comprime o percentual destinado a salário, enquanto possibilita o crescimento de outras despesas.

Fica aqui, pois, o nosso registro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Quando assumi, nesta Casa, a cadeira que o povo me delegou nas urnas, eu me pronunciei manifestando minhas dúvidas quanto à autonomia e à soberania do Legislativo, chequei inclusive afirmar que este é o PODER que não tem poder.

Porém, fiquei num compasso de observação na esperança de que as coisas mudassem, pois Deputados da Bancada do PMDB e principalmente o Governo José Richa, passaram a alardear que fariam uma gestão democrática, onde a TRANSPARÊNCIA do Executivo seria uma de suas maiores marcas.

Que grande basófia dos travestidos democratas do partido do Richa.

Hoje, lamentavelmente, é mais um DIA NEGRO para o Legislativo do Paraná. Porque o PMDB, pouco TRANSPARENTE é maioria, esta Casa está HOMOLOGANDO o orçamento geral para 85; exatamente como os tecnocratas o elaboraram.

A Lei de Meios passou por aqui, como se cumprisse simplesmente um rito de cartório, pois nenhuma linha lhe foi acrescentada ou modificada.

E, lamentavelmente, muitos Deputados, como eu próprio, pensávamos que se trata de um GOVERNO PARTICIPATIVO e propusemos nossas contribuições, mas nossas propostas nem sequer foram discutidas porque a submissa Bancada do PMDB fez ouvidos moucos, porque havia prometido ao Governador que aprovaria o orçamento como ele queria.

Entre as EMENDAS apresentadas, a Maioria tem nítido cunho social, portanto aderente ao que o Governo anda falando que é sua prioridade, mas de nada valeu.

O Executivo e Deputados do PMDB prometeram, diante da recusa da estadualização da FECIVEL, destacar recursos na ordem de 1,2 bilhões para auxiliar a instituição de ensino e reduzir as anuidades dos alunos. No orçamento nada existe a respeito diante da quebra da promessa e para evitar a FECIVEL, como se diz popularmente “ficasse no pincel”, apresentamos EMENDA identificando e destacando recursos específicos para a entidade. Porém, o PMDB, cuja característica é não cumprir as promessas que faz, não permitiu a aprovação da EMENDA.

Dizer que os recursos estão imbutidos em outras verbas, é uma falácia, porque para obtê-los, se existem de verdade, o Governo exigirá que os interessados venham suplicar de “chapéu na mão”.

Nossas contribuições não foram aceitas porque ao PMDB não interessa a discussão da Lei de Meios. Eles se dizem TRANSPARENTES, mas têm medo que durante a análise, estudo e discussão do orçamento apareça a verdade de suas intenções. E, se isto acontecer, cai a máscara da AUSTERIDADE, pois trata-se do Governo que mais gasta em MORDOMIA, trata-se do Governo que mais endivida o Estado, trata-se do Governo que mais empobrece o Estado, porque pouco investe.

De tanto alardear uma coisa, para o conhecimento do público; e fazer, na prática, exatamente o contrário. podemos concluir que se trata do governo da mentira e da enganção.

Pois neste episódio da HOMOLOGAÇÃO DA LEI DE MEIOS, mais uma vez o Governo se contradiz em sua pregação de PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, pois o que lhe interessa é um Legislativo submisso, curvado e calado”.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

deixamos aqui um registro da nossa insatisfação em vermos que este Poder é apenas e tão somente um poder homologador, das matérias que vêm do Palácio Iguazu.

Registramos o nosso descontentamento, porque caberia à Assembléia Legislativa do Estado, quando, no mínimo, através da sua Comissão de Orçamento, ter participado com os tecnocratas na elaboração original do Orçamento. Tudo isto não aconteceu. E, se outrora, o PMDB que era oposição em governos passados, dizia que a Bancada do PDS votava as matérias de interesse do Governador, com as nádegas, hoje, procede da mesma forma, aceitando um Orçamento elaborado por tecnocratas que não conhecem a real realidade da aplicação dos recursos públicos, para o interesse do Paraná e do seu povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação o Projeto de Lei n.º 252/84. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem)
Sr. Presidente, queria pedir a Vossa Excelência para registrar a votação contrária da Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende a Vossa Excelência.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 51/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 228/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 168/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data n.º 11, da quadra n.º 110, com 755,00 m², situada no referido Município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula n.º 3.378, de 1.º.03.82, no Cartório de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 232/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 189/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Tupãsi, um imóvel de propriedades do Estado, constituído dos lotes n.ºs 11 e 12, da quadra n.º 48, com área total de 1.200,00 m², situados no referido Município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula n.º 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª VOTAÇÃO do Projeto de Lei n.º 239/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que

concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor WALTER ALBERTO PECOITS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 242/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BOQUEIRÃO — AMOB", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 250/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede e foro no Município de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 143/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos Municípios, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 156/84, (Mensagem n.º 146/84 — ex-Proposição n.º 149/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoração de 24.04.84, dos Convênios de 22.11.83 e 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com participação da FAMEPAR adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 157/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 147/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, em 05.04.84, e os Município que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos Municípios. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 158/84, (Mensagem n.º 155/84 — ex-Proposição n.º 159/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 159/84,

(Mensagem n.º 151/84 — ex-Proposição n.º 154/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 160/84, (Mensagem n.º 150/84 — ex-Proposição n.º 153/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS". **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 161/84, (Mensagem n.º 173/84 — ex-Proposição n.º 176/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Município de Ponta Grossa, objetivando aplicação de recursos financeiros, vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA", no referido Município. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 164/84, (Mensagem n.º 184/84 — ex-Proposição n.º 182/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6.º Termo Aditivo de 13.06.84, ao Convênio de 04.02.80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado do Paraná. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 165/84, ex-Proposição n.º 172/84), oriundo do Parecer do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido Município. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do projeto de Resolução n.º 166/84, (Mensagem n.º 185/84, — ex-Proposição n.º 183/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 06.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando execução de atividades de combate erradicação da febre Aftosa no Estado. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 175/84), que objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04.07.84, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido Projeto, emenda de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Caíto Quintana e Artagão Mattos Leão; bem como requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 175/84) que concede gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, por 3 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n.º 222/84.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 222/84

Substitua-se a redação do Art. 2.º do Projeto original, pela seguinte:

"Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1984.
(aa) NILSO SGUAREZI, ANTÔNIO ANNIBELLI, CAÍTO QUINTANA e ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Os efeitos decorrentes do presente plano de lei resultarão em elevadas despesas para os cofres públicos.

Não vemos justificativa plausível, portanto, para que os mesmos retroajam para 1.º de janeiro de 1984, pois, aparentemente, nenhum prejuízo resultará para os beneficiários, os quais estão percebendo normalmente seus vencimentos na forma prevista pela legislação vigente.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 194/84 (ex-Proposição n.º 59/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas referentes à aplicação das verbas correspondentes à dotação de Subvenção Social do Poder Legislativo, referentes ao exercício de 1.983. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 195/84 (ex-Proposição n.º 143/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício financeiro de 1983. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 302/84, (Mensagem n.º 226/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera o orçamento do Departamento

Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 311/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 230/84), que altera o orçamento da EMOPAR, até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), com objetivo de dar respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa, com vista as obras do PRORURAL, armazém de Palmas, Anexo ao Plenário da Assembléia Legislativa e outras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 314/84, (Mensagem n.º 231/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com custeio e capital do Tribunal de Alçada, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 315/84, (Mensagem n.º 229/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 316/84, (Mensagem n.º 232/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em Cr\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros) e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Apucarana em Cr\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 276/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 211/84), que dispõe sobre enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 276/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os professores ocupantes de cargos do Quadro Único de Pessoal, que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem ao ingresso no Quadro Próprio do Magistério, serão enquadrados, mediante opção, no respectivo cargo desse Quadro, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Parágrafo Único — Para efeito do enquadramento de que trata este artigo, considerar-se-á o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais até 31 de dezembro de 1981.

Art. 2.º — Aos professores amparados pela Lei n.º 7208, de 15 de dezembro de 1979, aplicando-se as disposições desta lei, desde que venham a ingressar no Quadro Próprio do Magistério, através de teste seletivo interno, conforme prevê o parágrafo único do art. 25, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 3.º — Os professores sem habilitação, que concluíram ou vierem a concluir curso Normal Colegial, Projetos Hapront ou Logos II serão enquadrados no Quadro Próprio do Magistério, no Cargo de Professor, Classe A, nível 1, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 276/84

Tendo origem através da Mensagem Governamental n.º 211/84, o presente Plano de Lei tem por finalidade dispor sobre o enquadramento, mediante opção no Quadro Próprio do Magistério de professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal, e dá outras providências.

Examinando-se o texto da proposição apresentada, temos que a Mensagem n.º 211/84, é altamente significativa e atende plenamente aos interesses do ensino em nosso Estado.

Procurou o Sr. Governador, através da presente matéria, atender uma antiga reivindicação de professores, que há muito foram enquadrados em cargos do Magistério, mas devido a falta de habilitação, deixaram de ser providos.

Quanto a sua legalidade e constitucionalidade, não encontramos nada que venha a obstruir sua tramitação normal pelas demais Comissões, pois a iniciativa de matéria dessa natureza é, de conformidade com que determina nossa Constituição Estadual, é de competência do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 276/84

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 211/84, dispõe sobre o enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal e dá outras providências.

A medida se justifica, pois vem de encontro a uma antiga e sentida reivindicação dos professores e atende aos interesses maiores da Educação em nosso Estado. Os professores, que na época de enquadramentos anteriores de cargos do Magistério, não possuíam a necessária habilitação e, portanto, não puderam ser providos, mas que vierem a conquistar tal habilitação, têm neste Projeto de Lei o atendimento de seus mais sentidos anseios.

A matéria já recebeu o necessário e indispensável parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 276/84

PARECER:

O Projeto de Lei que ora apreciamos tem origem da Mensagem Governamental nº 211/84 e tem por finalidade dispor sobre o enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério de professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que habilitem para tal, e dá outras providências.

A proposição é altamente significativa e atende totalmente os interesses do ensino em nosso Estado.

O referido Projeto já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nosso parecer, portanto é pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA
Presidente

EZEQUIAS LOSSO
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 322/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 247/84), que altera o Orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: Dotação 0101.01010012.001, Subelementos 3. 1. 3. 2. 3. 2. 5. 5. e elemento 4. 1. 2. 0. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 322/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar, alterando o orçamento da Assembléia Legislativa até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros) objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: dotação 0101.01010012.001 - Subelementos 3. 1. 3. 2., 3. 2. 5. 5 e elemento 4. 1. 2. 0.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito supramencionado o disposto no § 1º, item II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 322/84

PARECER:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental nº 247/84, pretende alterar o orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando a complementar recursos insuficientemente dotados na forma que especifica.

Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo 1º e estabelecido no item II, parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A iniciativa em matéria de tal natureza é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o projeto de lei em pauta não possui qualquer óbice de natureza constitucional a sua tramitação e também está de acordo com as exigências legais e regimentais.

Portanto, nosso parecer é favorável a aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

IVAN GUBERT
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 167/84, (Mensagem nº 172/84 - ex-Proposição nº 175/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1ºs. Termos Aditivos de Convênio de 18/07/84, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 168/84, (Mensagem nº 181/84 - ex-Proposição nº 180/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 169/84, (Mensagem nº 144/84 - ex-Proposição nº 146/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e o Município de Santo Antônio do Paraíso,, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 170/84, (Mensagem nº 187/84 - ex-Proposição nº 185/84), oriundo do Parecer, aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13/07/84 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando execução de obras de controle da erosão no referido Município. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 171/84, (Mensagem nº 162/84 - ex-Proposição nº 173/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 23/04/84, ao Convênio de 22/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário, do Departamento de Água e Energia Elétrica e a PORTOBRÁS com objetivos que especifica. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 172/84, (Mensagem nº 190/84 - ex-Proposição nº 178/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos". **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 173/84, (Mensagem nº 160/84 - ex-Proposição nº 161/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 5º Termo Aditivo de 11/06/84, ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 174/84, (Mensagem nº 180/84 - ex-Proposição nº 181/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 200/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1983.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 200/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo único - Ficam aprovadas as Contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao Exercício de 1983.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1984.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

Apoiamento: Homero Oguido, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, José Antônio Fonseca, Wilson Fortes.

COMISSÃO DE TOMADA
DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR
DO ESTADO DO PARANÁ
EXERCÍCIO 1983.

PARECER:

De acordo com o artigo 39 da Constituição Estadual, deve esta Assembléia Legislativa exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Estado e, para tal, recebe, para exame e aprovação as Contas do Poder Executivo.

Do exame da documentação apresentada, constata-se que:

1) - "A Prestação de contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado foi apresentada com as demonstrações contábeis exigidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964";

2) - "as aludidas demonstrações obedeceram aos padrões estabelecidos na referida Lei e espelham com fidelidade as operações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e extra-orçamentárias realizadas no exercício";

3) - "o Tribunal de Contas não encontrou ilegalidades ou irregularidades capazes de invalidar os resultados referentes às Contas em apreço.

Isto posto, cabe a esta Comissão de Tomada de Contas, definir o parecer final sobre o assunto, para uma deliberação definitiva no Poder Legislativo.

Entendemos que não é possível deixar de ressaltar a importância do exame das Contas do Estado por parte desta Casa de Leis. A fiscalização dos atos públicos e da administração da coisa pública, pelos que são representantes legítimos dos interesses do povo, é mais do que um ato de rotina, preceituado pela Lei maior do Estado. É uma prática própria das democracias e que deve ser encarada com a seriedade, dedicação e firmeza que norteiam os homens públicos. Tais prestações de contas são a garantia efetiva de que o povo, de fato e de direito, exerce o controle da ação governamental.

A leitura do extenso processo que compõem a Prestação de Contas do Estado, revela exatamente isto. Os dados ali contidos, as variadas informações e as opiniões firmadas nos permitem formar um juízo que, desapassionadamente, nos leva a concluir pela APROVAÇÃO das contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado referentes ao exercício de 1983, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o nosso Parecer.
Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1984.
(aa) ANIBAL KHURY
Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Relator.

O Sr. Gilverto Carvalho - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Senhor Presidente: a nossa bancada vai votar favoravelmente a este Projeto de Resolução 200/84, em que aprecia a Prestação de Contas do exercício de 83, do Senhor Governador do Estado. Por ser a 1ª votação, sobre a constitucionalidade do projeto, reservamos-nos para nos posicionar em 2ª votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação o Projeto de Resolução n.º 200/84. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 198/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 57/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que autoriza o Poder Executivo mediante Convênio repassar aos Municípios o produto da arrecadação do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5.464, de 31/12/66. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Of. n.º DTL/122/84

Curitiba, 15 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 104/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 57/83, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a, mediante convênio, repassar aos Municípios o produto da arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento expandido pela Secretaria de Estado das Finanças, cujos termos, por mim acolhidos, são adiante transcritos:

“Não obstante o louvável objetivo da medida, qual seja, o de fortalecer a receita municipal e, em consequência, dotar os municípios de recursos de forma a atenderem, mais eficazmente, as comunidades regionais, existem aspectos de ordem Constitucional e infraconstitucional a serem considerados.

A Constituição Federal, ao estabelecer a distribuição constitucional de rendas, mais especificamente

quanto ao tributo em análise, no parágrafo 10 do artigo 23, dispõe, verbis:

Art. 23 -

§ 10 - Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item I, cinquenta por cento constituirão receita dos Estados e cinquenta por cento do Município onde se localizar o imóvel objeto da transmissão sobre a qual incide o tributo. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos estabelecidos em lei federal”.

Assim, por força da norma Constitucional, cinquenta por cento da receita decorrente da arrecadação do ITBI, deve integrar o orçamento e a receita estadual, não podendo, o Estado legislar de forma diversa sob pena de violação ao preceito.

Trata, ainda, o projeto da celebração de convênios, entre o Estado e os Municípios, não explicitando claramente para que fim, todavia, depreende-se do espírito da norma proposta que se objetive delegar ao Município a atribuição de proceder as avaliações, a fiscalização e a arrecadação direta do tributo, procedimento que, igualmente, conflita com os ditames do texto constitucional já mencionado.

Vale ainda, a propósito do texto da lei em exame, lembrar que o parágrafo segundo do artigo 62 da Norma Constitucional veda a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, função ou despesa, sendo, portanto, vedada a vinculação direta do produto da arrecadação do ITBI, em percentual superior àquele prefixado pela Constituição Federal, à receita municipal, cuja vedação é repetida pela Constituição Estadual no artigo 33, § 3º.

Portanto, a Lei Estadual, não poderá estabelecer, relativamente a tributos estaduais, repasse ao Município de percentuais maiores do que o previsto na Constituição Federal ou vincular o produto de sua arrecadação a quaisquer órgãos, funções ou despesas, pecando o projeto em exame por inconstitucionalidade.

A suplementação das receitas municipais só seria possível através de Lei orçamentária, que autorizasse o repasse, após ingresso dos recursos, que obrigatoriamente deverão integrar o orçamento e receita do Estado, segundo estatui o artigo 33 da Constituição Estadual e o artigo 6º, § 1º da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal verbis:

Constituição Estadual

“Art. 33 - O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento”.

Lei Federal n.º 4.320

“Art. 6º - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º - As contas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência, e, como receita, no orçamento da que as deva receber”.

Entretanto, a própria lei orçamentária não poderia conceder aos municípios créditos ilimitados à vista da vedação Constitucional consubstanciada na alínea b, parágrafo 1º do artigo 61, cujo vício macula, também, o próprio projeto em exame.

Definida a impossibilidade de o Estado legislar na forma pretendida pelo projeto 57/83, e vislumbrada a possibilidade de fazê-lo através de Lei Orçamentária, dentro dos requisitos constitucionais já analisados, resta, como derradeiro, frisar que a iniciativa da lei orçamentária e das que abrem créditos, concedam subvenções ou auxílios ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, é de competência exclusiva do Poder Executivo, vedação esta prevista no artigo 65 da Constituição Federal e no artigo 35 da Constituição do Estado.

Face ao exposto, salvo melhor juízo, entendo, que o projeto apresentado para exame deste órgão, peca por vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade insuperáveis, à vista dos dispositivos de ordem Constitucional e infraconstitucional que regem a espécie”.

Esses os motivos que levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 57/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante convênio, repassar aos Municípios o produto da arrecadação do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual nº 5.464, de 31 de dezembro de 1966.

Art. 2º - Os convênios originados desta Lei, serão apreciados na forma do disposto no artigo 22, alínea e, inciso VII, da Constituição do Estado.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria a ser consignada, anualmente, na Lei de Meios.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezanove de Dezembro”, em 1º de outubro de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 198/84

A presente Proposição diz respeito ao Veto apostado pelo Governador do Estado, no uso de suas atribuições constitucionais, estabelecidos no inciso III, do Art. 47 e no disposto no § 1º, do Art. 28 de nossa Constituição, ao Projeto de Lei nº 57/83, de autoria do Deputado Roberto Requião.

A comunicação, feita através do Ofício nº DTL/122/84, datado de 15 de outubro de 1984, foi protocolado nesta Casa na mesma data, dentro do prazo legal, ocasião em que começou a fluir o prazo estabelecido no § 5º, do Art. 28, da Carta Magna Estadual, para a apreciação do Veto.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida a apreciação do Plenário, opinando-se assim, pela manutenção do Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO
Relator.

Em votação.

O Sr. Gilberto Carvalho - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Senhor Presidente, em tratando-se de veto, as três últimas Proposições da Ordem do Dia de hoje, a nossa Bancada votará com o projeto, e contrário ao veto, uma vez que foi apreciado pelas Comissões nesta Casa e APROVADO não vejo por que votarmos aprovando o veto. Por este motivo, a Bancada votará contrariamente ao veto, e favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação. A Mesa esclarece ao Plenário que colocará em votação o projeto de lei. Os Senhores Deputados que se manifestarem contrariamente ao projeto, deverão levantar-se.

Está em votação o Projeto de Lei nº 57/84. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 203/84, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 52/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina “RODOVIA JULIO ZACHARIAS”, o trecho rodoviário da PR-457, que interliga os Municípios de Nova Esperança, Florai e São Carlos do Ivaí. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Of. nº DTL/131/84

Curitiba, 23 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 84/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 52/83, em razão da rodovia que menciona ter definição de traçado diversa daquela constante do plano de lei ora vetado, fato que torna a pretendida medida sem condições de exequibilidade.

Esses motivos que, me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 52/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado **RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS**, o trecho rodoviário da PR-457 que interliga os Municípios de Nova Esperança, Florai e São Carlos do Ivaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1984

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

PROPOSIÇÃO: Veto n.º 203/84 -

- Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 52/83, de autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, que pretendia denominar a PR-457, no trecho entre Nova Esperança à São Carlos do Ivaí.

PARECER:

O veto aposto ao Projeto de Lei n.º 52/83 foi comunicado a esta Casa, pelo Senhor Governador do Estado, através de Ofício n.º DTL/131/84, datado de 23 de outubro de 1984, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental, foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e, dos termos da justificativa depreende-se que o veto se embasa em razões de ordem puramente constitucional.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela sua manutenção do Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

CAÍTO QUINTANA
Relator.

Está em discussão. Em votação o Projeto de Lei n.º 52/83. Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o nosso Líder solicita que se faça retirar a minha Questão de Ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está rejeitado

o projeto, mantido o veto.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) -

Quero agradecer ao Deputado Gabriel Manoel, que retirou o seu requerimento, já que as duas Lideranças tinham como certo o acordo de conduzir a sessão, de acordo como estava sendo procedida. Obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Agradeço ao Deputado Adhail Sprenger Passos, acontece que, muitas vezes estamos aqui presentes, e levamos falta. Esta é a nossa preocupação, Senhor Presidente, que, todos os Senhores Deputados se façam presentes nesta Assembléia.

Obrigado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 205/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 169/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores, Professor Queiróz Filho. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Of. n.º DTL/143/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 116/84, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei n.º 169/83, por julgá-lo, pela forma como está lançado, contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo transformar em órgão de regime especial a Escola para Menores Professor Queiróz Filho.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento expendido pelo Instituto de Assistência ao Menor - IAM, que, considerando a medida contrária aos interesses públicos, assevera que "a Escola de Menores Professor Queiróz Filho, é uma Unidade Social Oficial, cuja administração está diretamente ligada ao Instituto de Assistência ao Menor, estruturada de forma a servir à sua finalidade com um funcionamento adequado a este órgão autárquico que é o órgão estadual executor da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, já operando de forma conveniente e à contento, estando desconcentrada administrativamente da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, não havendo em consequência necessidade de autonomia relativa para o desempenho de sua finalidade, que é a característica principal prevista do Artigo 6.º, inciso III da Lei n.º 6.636/74, estando pois em condições satisfatórias para o exercício objetivando alcançar, cada vez mais, a meta proposta para a sua finalidade específica, a de reeducação de menores em situação irregular, em regime de internamento, de acordo com o principal objetivo do I.A.M., colocar em prática a execução da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, a nível estadual".

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 169/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiróz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, nos termos da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1984
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 205/84 -
Veto aposto ao Projeto de Lei nº 169/83, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiróz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

PARECER

Efetivamente, o veto aposto ao Projeto de Lei nº 205/84 foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº DTL/143/84, datada de 29 de outubro de 1984.

Verifica-se que a negativa governamental que vetou o Projeto de Lei foi proferida dentro do prazo estatuído pela Carta Magna Estadual e, do exame dos termos da Proposição, depreende-se que o veto se embasa em razões de ordem constitucional, tendo em vista ser contrário ao interesse do Estado.

De qualquer modo, chega o processado a esta Comissão para receber o necessário parecer, dentro do prazo hábil.

Em tais circunstâncias, estão satisfeitas as formalidades regimentais e legais e o Veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, nos termos da Lei.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

ANIBAL KHURY
Relator.

Em discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 169/83. Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu gostaria, Senhor Presidente, que Vossa Excelência fizesse constar em ata, o meu voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere. Constará em ata, a declaração de voto de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tuguio Setogutte e Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Juliato, ocorrido no dia 24 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Setti, ocorrido no Município de Jacarezinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Juliato ocorrido no dia 24 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mafalda Scolari, ocorrido no Município de Arapongas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 23.º aniversário do Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 201/84 de sua autoria, visando um estudo mais detalhado sobre a matéria, mas se reservando de brevemente reapresentá-lo nesta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 208/84, concedendo o título de cidadão honorário à Sra. Ety G. Forte e Sr. Luiz Forte Netto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para a votação dos Projetos de Lei nºs 269/84 e 309/84, que alteram os orçamentos vigentes da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem)
Eu gostaria que a Presidência desse-nos conhecimento dos Projetos a que se refere?

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa dará os esclarecimentos, a Vossa Excelência.
"Projeto de Lei nº 269/84, que altera os orçamentos vigentes da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná IAPAR, pela transposição de 872 milhões de cruzeiros, e para dar continuidade aos programas de trabalho da entidade, oriundas das Mensagens Governamentais 209 e 227/84

Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a dispensa de publicação de redação final para o Projeto de Lei nº 222/84, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final aos Projetos de Lei n.ºs 302/84, 311/84, 314/84, 315/84 e 316/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância devidamente equipada para prestar atendimento no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à CELEPAR, pela passagem do 20.º aniversário de existência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia no Município de Maria Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 2.º aniversário de emancipação política do Município de Cafelândia, do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Itaguajé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a criação e instalação de um Pólo Álcool-químico na Região Noroeste do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Comunicação Social, encarecendo apoio e divulgação do "Jornal do Consumidor", da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor - CODEC. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Deputado Federal Walber Guimarães, encarecendo que ofereça parecer à Câmara dos Deputados a respeito da denúncia subscrita por Paulo Egon Wiederkehr e outros. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de monta no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SUREHMA, encarecendo a instalação de um escritório da mesma no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, encarecendo a revogação da Resolução n.º CRC - Pr. 204/84, que institui o Cadastro de Atividades Profissionais CAP, vez que encontra-se eivada de ilegalidade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Poder Judiciário do Estado, encarecendo a criação da Comarca do Município de Centenário do Sul. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem)
Vossa Excelência poderia dar os termos do requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa atende o pedido de Vossa Excelência.

(Lê o teor do requerimento). Em discussão. Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 29.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de uma subestação da mesma no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do abaixo-assinado caracterizado em forma de apoio, encaminhado pelos moradores das localidades de Cachoeira, Vila Leonice e adjacências. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Gerente da Caixa Econômica Federal - Filial Curitiba, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Bom Sucesso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino de 1.ª a 4.ª série no Colégio Estadual Helena Kolody - Ensino de 2.º Grau, no Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo seja autorizado o funcionamento de uma sala especializada destinada a educandos em fase pré-escolar excepcionais no Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem de mais um ano de fundação do Lions Clube do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados em reformas gerais no Estádio Orlando Donato, no Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a liberação de 150 novos canais telefônicos para o Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a liberação de 70 novos canais telefônicos para o Município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados em reformas gerais no Estádio Municipal de Bredópolis, no Distrito de Bredópolis, Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao casal João Alfredo Costa e Venina Meyee Costa, pela passagem do 50.^o aniversário de matrimônio, no Município de Ibaiti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Municipal do Distrito de Arapuã, Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de tubos necessários à implantação da rede de esgoto no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para o pagamento dos servidores municipais do Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de um muro cercado a Escola João Maffei Rosa — Ens. de 1.^o e 2.^o graus, no Município de Juranda. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova diretoria da SONIBRAM — Sociedade Nipo Brasileira do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento dos servidores do Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.^o aniversário de fundação do jornal "Nosso Tempo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos técnicos para elaborar, a partir da retificação da estrada municipal, um Plano Viário no Município de Palmas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo providências no sentido de se evitar interrupções no fornecimento de energia elétrica ao Município de Três Barras do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Iguaraçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de uma iluminária com refletores de alta potência no Trevo da BR-317, Km. 18, que dá acesso ao Município de Iguaraçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público na Rua Nelson Bittencourt Prado, Jardim Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Costa Monteiro do Município de Nova Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.^o aniversário do Município de Ampére. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão

anterior,, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do aeroporto do Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao apresentador de televisão, Mario Vendramel, pela passagem do 15.º aniversário de atividades artísticas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Unidade Polo do Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Orçamento, Pronto e Acabado". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Srs. Coordenadores da Equipe Técnica responsável pelo Projeto de Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos — Oportunidades Regionais da Secretaria de Indústria e Comércio em convênio com a Fundação Universidade Estadual de Londrina. **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Manifesto Londrinense Pró-Tancredo — Em Defesa da Legalidade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial intitulado "Uma Variação Exílio-Tortura", publicado no jornal Indústria e Comércio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a construção de um Fórum no Município de Ipiranga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a instalação de um plantão permanente de assistência no Município de Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da EMATER — Pr. (ACARPA), por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação do Sub-escritório da ACARPA nos Distritos de São Lourenço e Vidigal, no Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Estadual Hermínia Rolim Lupion, do Município de Sabáudia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes no Município de Itaguajé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando desistência da Proposição de Emenda à Constituição n.º 144/84, bem como seu apensamento à Proposição de Emenda à Constituição n.º 204/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 172, 229, 254 e 267/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 194 e 195/84.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 302, 311, 314 a 316/84.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 276 e 322/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 143, 156 a 161, 164 a 174 e 200/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 206/84 a 209 e 211/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, solicitando 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO
SR. DEPUTADO TUGUIO SETOGUTTE,
EM SESSÃO DO DIA 27 DE
NOVEMBRO DE 1984

UMA VARIAÇÃO EXÍLIO—TORTURA

Uma pessoa pode sofrer mais do que a experiência do exílio, sem ter saído do País. Muitos a experimentaram. Embora os patrulheiros de todas as épocas, por se acreditarem como profetas do novo tempo, qual um São João em relação a Jesus, pensam estar imunizados contra o sentimento primário da vindita e o uso da tortura (a psicológica às vezes é mais brutal do que a física) agem com a compulsão dos depuradores da Idade Média, os que limpavam a alma pela queima do corpo. Recebi ontem, aqui no jornal, a notícia da morte de Raul Juliato, o obstinado construtor do IAPAR, organização-modelo em pesquisa agropecuária que transformou em uma década na segunda maior instituição do gênero do País. Quando Parigot de Souza o escolheu, Juliato saiu do Palácio com um papel na mão — os decretos

de criação do IAPAR e o de sua nomeação — e uma idéia na cabeça e muito amor no coração. Fez tudo sozinho e na sua obstinação, me fez lembrar um homem de outro tempo, como ele também com doutorado no exterior, Marcos Augusto Enrietti, propulsor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, líder de uma geração multidisciplinar de veterinários, bioquímicos, agrônomos (quem se esquece do articuladíssimo Lício de Castro Veloso?) geólogos (Reinhardt Maack, Bigarella, etc), químicos (Ludovico Webber, Nilton Buhner), etc, Juliato levou a vantagem, porém, de atuar numa época em que era preciso queimar etapas, recuperar o tempo perdido, justamente com o erro estratégico de Ney Braga, que ao dar prioridade à infra-estrutura econômica (transporte, energia), abandonou a tecnologia que deveria embasar o grande salto dos anos 60.

Agora Juliato morreu e me dizem que se um atestado de óbito tivesse a abrangência misteriosa da poesia, documentaria que "foi de tristeza". É que a gana da revanche, visível na baba dos cruzados, estava a desfigurar o sentido de uma existência com a bateria das denúncias primárias dessa CPI da corrupção, com a acusação de haver consertado o carro particular, na oficina do IAPAR. Então um homem que constrói — imaginem quanto ponta-pé deve ter dado nos canalhas burocratas de todos os tempos, essa fauna que está nos palácios com o bolor no fruto podre — uma obra como o IAPAR é julgado pelo prisma do primarismo, dos primatas que se julgam doutores em coerência. Outro dia recusaram a Ivo Arzua o direito de defender-se, imitando SNI, DOI-CODI, etc. O que exigirão ainda de Juliato?

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Excelentíssimo Sr.

Deputado Estadual ERONDY SILVÉRIO

Curitiba, 14 de novembro de 1984.

Hamilton Anselmo da Silva, vem conjuntamente com os demais moradores dos Bairros Cachoeira, Vila Leonice e adjacências, buscar seu apoio pessoal e parlamentar para instalação de um módulo policial na região, tendo em vista que o módulo mais próximo fica a 3.500 metros (Santa Efigênia).

E por falta desta ação policial preventiva, os assaltos à mão armada, violência sexual, atritos, desordens, depredação de luminárias e todo o tipo de ação de marginais, está ganhando níveis insuportáveis, o que vem causando uma insegurança a todas as famílias que residem nesta

área.

Famílias estas que acreditam e agradecem antecipadamente pelo seu trabalho junto a todo um "Estado" e principalmente sobre toda a "Curitiba" o que lhe caracteriza como um dos maiores Parlamentares que o Paraná já teve.

Certos de ser atendidos prontamente, antecipo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

HAMILTON ANSELMO DA SILVA

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1984.

COMITÊ LONDRINENSE PRÓ-TANCREDO EM DEFESA DA LEGALIDADE MANIFESTO DE LANÇAMENTO

A história política brasileira é repleta de episódios autoritários, durante os quais as elites dominantes excluam ou tentaram excluir o povo das grandes decisões sobre o destino da Nação. E muitos desses episódios aconteceram em momentos de alternância no poder. Para ficarmos somente nos mais importantes e mais recentes, relembramos 1955 quando, para garantir a legalidade e a posse do Presidente JK, o então General Teixeira Lott, interveio e desmanchou a articulação golpista que setores militares, inconformados com a derrota eleitoral, haviam preparado; relembramos 1961, quando, para garantir a legalidade e a posse de Jango, após a renúncia de Jânio, formou-se a cadeia nacional pela legalidade; relembramos 1964, quando, avizinhandose o período eleitoral da sucessão de Jango, que fortalecia-se eleitoralmente pelas reformas de base que implantava, articulou-se nacionalmente o esquema golpista que, acusando de corruptas e subversivas as forças democráticas que queriam e conseguiam as mudanças quebrou a legalidade do processo político e instalou a longa noite do arbítrio e obscurantismo, cujo fim se aproxima.

Nos dois primeiros episódios lembrados, as forças democráticas da sociedade tiveram unidade, competência e força para barrar as mudanças das regras do jogo, defender a legalidade e com isso garantir as conquistas econômicas, sociais e políticas.

Em 1964, as forças democráticas da sociedade foram vencidas e todo o povo perdeu conquistas obtidas através de duras lutas,

apequenando-se a Nação, que passou a ser vilipendiada, pelas forças representativas do capital internacional e do latifúndio.

Hoje, o momento político brasileiro, exige novamente das forças democráticas da sociedade, que se mantenham alertas. Como registrou recentemente a nota da CNBB "Apelo Cívico ao Governo e à Nação": "No esperado e compreensível processo sucessório, em vista da escolha do futuro Presidente da República, é necessário respeitar as regras constitucionais, mesmo que não sejam elas, como de fato não o são, perfeitas. A Nação quis e quer a eleição direta (...) deve-se agora respeitar intransigentemente as normas estabelecidas, a fim de não se cair na flutuação dos casuísmos jurídicos, que geram incertezas e trazem a marca de jogo político do lamentável nível moral (...) É o momento de se defender corajosamente a legalidade. Qualquer tentativa de ruptura da nossa fraca e insipiente democracia, precisa ser repelida por patriotismo, por respeito ao povo e à lei, e por amor à dignidade nacional". Encerra a CNBB a nota, apelando ao povo brasileiro "para manter-se unido nos altos ideais políticos em favor do País, que não aceita nenhum gesto de violência nem dele participe; que se faça exigente defensor da legalidade e da Constituição".

Diante disso tudo, nós londrinenses abaixo-assinados, reafirmamos nossa disposição de luta pela democracia, e nosso compromisso de apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Renovamos, nesta oportunidade, nossa confiança no cumprimento dos compromissos já estabelecidos pela Aliança Democrática, prenúncio das mudanças que o povo brasileiro exige e dos quais destacamos:

1. — Convocação da ANC livre e soberana em 1986;
2. — Estabelecimentos de eleições diretas em todos os níveis e em todo o território nacional com reforma eleitoral e liberdade de organização partidária;
3. — Execução imediata de um Programa de Emergência, constituído de providências nos setores de habitação, saúde, previdência, educação e o fim do desemprego, com revisão da política econômico-financeira e combate frontal à inflação e à corrupção;
4. — Implantação de uma ampla Reforma Tributária;
5. — Adoção da Reforma Agrária;
6. — Revogação de toda a legislação de exceção que persiste, com fim da atual LSN,

Lei de Imprensa e Lei de Greve, implantando-se amplas liberdades sindicais.

Temos convicção de que os próximos dias 15 de janeiro e de 15 de março, representam datas significativas no processo de redemocratização do País. É com a finalidade de garantir a legalidade, a instalação do Governo Tancredo Neves e o cumprimento dos seus compromissos, que hoje nos reunimos e deixamos em aberto o convite a todos os democratas para que, juntos, reforcemos a UNIÃO DO POVO BRASILEIRO.

LONDRINA CUMPRIRÁ SUA PARTE.

Londrina, 23 de novembro de 1984.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ODENI MONGRUEL, EM SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1984.

ORÇAMENTO, PRONTO E ACABADO

Na próxima semana a Assembléia Legislativa vai aprovar a proposta orçamentária para o próximo ano. Ao que tudo indica, a proposta original, como veio do Executivo, passará incólume, sem um arranhão, como se fosse um trabalho perfeito e acabado, a não merecer retoque algum.

Mesmo diante dessa possibilidade, já que as emendas apresentadas foram todas rejeitadas, emendas que visavam ao aperfeiçoamento da Lei de Meios, mesmo assim, em nome do Poder Legislativo, é dever de cada um fazer as necessárias colocações sobre o que pretende o Executivo para o próximo exercício.

Uma análise da peça orçamentária revela profundas distorções e, o que é pior, da maneira como sua discussão decorre, na Assembléia, ela está sendo imposta sem atender aos anseios e reclamos da comunidade estadual, anseios e reclamos que ninguém, melhor que o Legislativo, interpreta e representa.

Como disse, nenhuma das emendas propostas chegou sequer a ser considerada; nada mais objetivam que aperfeiçoar o orçamento, para que a aplicação dos recursos públicos fosse a que mais consultasse os interesses da comunidade e, ainda, de molde a que o Legislativo pudesse acompanhar e também decidir sobre o que melhor consulta os interesses da população.

Outro não foi o objetivo da emenda que visava alocar mais de quatro bilhões de cruzeiros, para ampliar as ações no programa de reassentamento de